

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

PERFIL DA CIDADE DE LINHARES

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

TJ 00
137

PERFIL DA CIDADE DE LINHARES

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES
FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

PERFIL DA CIDADE DE LINHARES

OUTUBRO/1980

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Eurico Vieira de Rezende

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

Arlindo Villaschi Filho

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

Luiz Cândido Durão

FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES

Sebastião José Balarini - Diretor Superintendente

Antônio Luiz Borjaille - Diretor Técnico

SUPERVISÃO

Sebastião José Balarini

EQUIPE TÉCNICA

José Fernando Destefani dos Santos

Hugo Junior Brandião

ESTAGIÁRIOS

José Ângelo Feitosa Perim

Carlos D'Angelo Moulin

Silvia Bressanelli Costa Silva

Heloisa Lima Herkenhoff

COOPERAÇÃO

Eliane Maria Gama Vieira - PML

Pedro Hanai Missawa - PML

EQUIPE DE APOIO DA FJSN

LISTA DE PLANTAS

PLANTA 1 - *Localização do Município na Região e no Estado*

PLANTA 2 - *Mapa do Município*

PLANTA 3 - *Estrutura físico-ecológica do sítio urbano*

PLANTA 4 - *Sistema de abastecimento de água*

PLANTA 5 - *Sistema de esgoto sanitário*

PLANTA 6 - *Rede coletora de águas pluviais*

PLANTA 7 - *Sistema viário*

PLANTA 8 - *Sistema de transporte coletivo*

PLANTA 9 - *Equipamentos urbanos/rede escolar*

PLANTA 10 - *Evolução da ocupação*

PLANTA 11 - *Uso do solo*

PLANTA 12 - *Zonas de população*

PLANTA 13 - *Faixa de renda familiar*

PLANTA 14 - *Densidade de ocupação residencial*

PLANTA 15 - *Sistema viário básico proposto*

PLANTA 16 - *Estrutura urbana proposta*

PLANTA ANEXA - *Planta do centro da cidade e bairros elaborada pela Hab*
técnica Indústria e Comércio Ltda.

LISTA DE QUADROS

- QUADRO 1 - *Regiões Programadas - Estado do Espírito Santo*
- QUADRO 2 - *Espírito Santo - Indicadores Regionais de População - 1977*
- QUADRO 3 - *População Rural Urbana - 1960/70/77 - Estado, Regiões Programadas e Municípios da Região de Linhares*
- QUADRO 4 - *População Total e Taxas Geométricas de Crescimento - 1960/70/77 - Estado, Regiões Programadas e Municípios da Região de Linhares*
- QUADRO 5 - *Densidades Populacionais, Total e Rural - 1960/70/77 - Espírito Santo, Regiões Programadas e Municípios da Região de Linhares*
- QUADRO 6 - *Evolução da População 1940/1980 - Município e Cidade de Linhares*
- QUADRO 7 - *Taxas de Crescimento da População - 1940/1980 - Município e Cidade de Linhares*
- QUADRO 8 - *Grau de Concentração Urbana - 1940/50/60/70/80 na Cidade e no Município de Linhares*
- QUADRO 9 - *População e Número de Domicílios - 1970/1980 - Município de Linhares (Total, Cidades, Vilas, Povoados e Zona Rural)*
- QUADRO 9a - *Povoados (Aglomerados Rurais) - Município de Linhares*
- QUADRO 10 - *Movimento Migratório Intra-estadual - 1969/1977 - Município de Linhares*
- QUADRO 11 - *Distribuição da PEA por Setor de Atividades - Estado do Espírito Santo, Regiões Programadas e Municípios da Região de Linhares*

- QUADRO 12 - *Distribuição da PEA por Faixa de Renda - 1977 - Estado do Es
pírito Santo, Regiões Programas e Municipios da Região de Linhares*
- QUADRO 13 - *Distribuição da PEA por Faixa Etária e da População fora do
mercado de trabalho, em idade Economicamente Ativa, Municipio
de Linhares*
- QUADRO 14 - *Distribuição da PEA por Área de Atividade e por Faixa Etária
do Municipio de Linhares*
- QUADRO 15 - *População e Taxa de Crescimento das Cidades de Porte Médio
do Espírito Santo - 1970/1980*
- QUADRO 16 - *Transporte Coletivo Urbano/1980 - Cidade de Linhares*
- QUADRO 17 - *Capacidade Instalada, Demanda e Matrículas da Rede Escolar -
Cidade de Linhares*
- QUADRO 17a - *Rede Escolar/1980 - Cidade de Linhares*
- QUADRO 18 - *Unidades de Saúde - Cidade de Linhares*
- QUADRO 19 - *Ligação por Transporte Coletivo - Cidade de Linhares*
- QUADRO 20 - *Número de Domicílio e de População por Zonas - 1970/1980 - Ci
dade de Linhares*
- QUADRO 21 - *Prefeitura Municipal de Linhares - Pessoal segundo níveis de
instrução e remuneração*
- QUADRO 22 - *Prefeitura Municipal de Linhares - Receita arrecadada nos
anos de 1976 a 1979 e prevista para 1980*
- QUADRO 23 - *Resumo Geral da receita do Municipio de Linhares*
- QUADRO 24 - *Prefeitura Municipal de Linhares - Composição da Receita - Co
mparativo receita estimada e arrecadada - Linhares*
- QUADRO 25 - *Prefeitura Municipal de Linhares - Receita arrecadada nos
anos de 1976 a 1979 e prevista para 1980*
- QUADRO 26 - *Estrutura da Despesa - Prefeitura Municipal de Linhares*
- QUADRO 27 - *Prefeitura Municipal de Linhares - Receita arrecadada nos
anos de 1976 a 1979 e prevista para 1980*

SUMÁRIO	PÁGINA
APRESENTAÇÃO	
1. INTRODUÇÃO	13
2. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO	17
2.1. ASPECTOS FISIAGRÁFICOS	18
2.1.1. Localização e divisão administrativa	18
2.1.2. Geologia, Hidrografia, relevo e solo	20
2.1.3. Clima	23
2.1.4. Vegetação	24
2.2. PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO	27
2.3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS	34
2.3.1. O quadro populacional	34
2.3.2. População Economicamente Ativa (PEA)	44
2.4. SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO	57
2.4.1. Sistema rodoviário existente	57
2.4.2. Sistema rodoviário planejado	58
2.4.3. Outros meios de transportes	59
3. POSIÇÃO DA CIDADE NO CONTEXTO REGIONAL E ESTADUAL	60
4. ESTRUTURA FÍSICO-ECOLÓGICA DO SÍTIO DA CIDADE	66
5. A REALIDADE URBANÍSTICA DA CIDADE	73
5.1. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	74
5.2. SISTEMA COLETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS E ESGOTOS SANITÁRIOS	76

5.3. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	78
5.4. SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES	80
5.5. SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA	82
5.6. SISTEMA VIÁRIO E CIRCULAÇÃO	85
5.7. TRANSPORTE COLETIVO URBANO	91
5.8. EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO	95
5.9. EQUIPAMENTOS URBANOS DIVERSOS	101
5.9.1. Mercado Municipal	101
5.9.2. Matadouro	102
5.9.3. Cemitérios	102
5.9.4. Rodoviária	102
5.9.5. Instalações da Prefeitura, da Câmara Municipal e do Fórum	103
5.9.6. Corpo de bombeiros	104
5.9.7. Delegacia de polícia	104
6. OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	105
6.1. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO E TENDÊNCIAS DE EXPANSÃO	106
6.2. A OCUPAÇÃO E O USO DO SOLO ATUAL	111
6.3. OS ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS	121
7. A REALIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL.	124
7.1. ÁREA ORGANIZACIONAL	125
7.2. ÁREA DE RECURSOS HUMANOS	128

7.3. ÁREA FINANCEIRA	132
7.3.1. Estrutura da receita	132
7.3.2. Estrutura da despesa	133
8. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL URBANO	140
8.1. ASPECTOS ECONÔMICOS ESPACIAIS DA ESTRATÉGIA	141
8.2. ASPECTOS FÍSICO-ECOLÓGICOS DA ESTRATÉGIA	143
8.3. ASPECTOS LEGAIS	145
8.4. USO DESEJÁVEL DO SOLO	149

APRESENTAÇÃO

O Perfil da Cidade de Linhares é um documento que contém um conjunto de informações que permitirão uma avaliação da situação e das perspectivas da cidade, além de levar em consideração os objetivos e intenções gerais de ação, das diferentes esferas de governo, para o Município. Com ele procura-se obter uma visão globalizante dos problemas da cidade, que permitirão definir uma proposta para a sua estratégia de desenvolvimento urbano.

As limitações temporais e de recursos humanos levou a Coordenação Estadual do *Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio* (ver item 1 - Introdução), a estabelecer uma metodologia, para a elaboração deste trabalho, que levou em conta estas limitações. Após a visita ao Município, onde tentou-se discutir os objetivos do Programa e, em destaque, o significado do Perfil da Cidade e as condições disponíveis para tentar cumprir a metodologia proposta, forem mobilizados técnicos da FJSN e do Departamento de Articulação com os Municípios da Secretaria de Estado do Planejamento. Contou-se também com a participação de alguns funcionários da Prefeitura Municipal, no levantamento de informações.

Quanto a metodologia, do Perfil, propriamente dita, encontrou-se uma série de problemas para concretizá-la, principalmente devido as dificuldades de obter-se informações do ponto de vista quantitativo. Procurou-se supri-las com informações qualitativas, que muitas vezes assumem maior significado que uma interpretação *fria* de dados numéricos e também com as contidas no diagnóstico preliminar do Plano da Região IV - Linhares,

em elaboração pela Fundação Jones dos Santos Neves e no Plano de Desenvolvimento de Linhares, elaborado pela Habtécnica Engenharia e Comércio Ltda

Este documento, poderá ser instrumento delineador de um programa para o fortalecimento da cidade como pólo regional, promovendo assim, a interiorização do desenvolvimento, através da melhoria da qualidade de vida. Para tanto, torna-se necessário uma articulação política entre as diferentes esferas de governo, que leve a uma ação comum, através de um programa de investimentos compatibilizados.

Assim ocorrendo, a cidade será fortalecida, como pólo regional e, portanto, poderá ser capaz, não só de promover a descentralização econômica, como também, ampliar as bases de ação governamental.

Seguem os diversos itens do Perfil da Cidade baseado, em parte, nas sugestões apresentados no Anexo I do documento do *Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio*, procurando retratar as nuances específicas da Cidade, bem como o aporte requerido para a concretização da postura preconizada de se deslanchar um processo de planejamento a nível municipal.

1.

INTRODUÇÃO

O Perfil da Cidade de Linhares constitui-se na primeira etapa para tentar-se enquadrar a cidade no Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, do Ministério do Interior. Este Programa é um dos instrumentos de implantação de seus objetivos, tais como os de propiciar a criação de novos pontos de desenvolvimento do território nacional; estimular a desconcentração de atividades econômicas e de população; criar novas oportunidades de emprego e, contribuir para a redução das disparidades inter-regionais e inter-pessoais de renda.

Os principais objetivos de natureza intra-urbana do *Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio*, são: coordenação das ações setoriais em desenvolvimento e/ou programadas para a cidade; proporcionar à população de baixa renda condições de acesso aos equipamentos e serviços de uso coletivo; orientação adequada da expansão urbana, bem como a criação de condições a nível da administração municipal de gerenciamento corrente e eficaz dos recursos disponíveis, proporcionando subsídios técnicos e financeiros necessários à implantação de um processo contínuo de planejamento.

Apesar de constituir-se no elemento básico para a definição do Programa de Investimentos Urbanos que é a etapa subsequente do Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, o perfil deve ser encarado também como um marco referencial do desencadeamento de um processo de planejamento mais efetivo a nível do Município. Tem-se presente que o referido programa requer para sua concretização, segundo os propósitos a que procura colimar, um rol de medidas no plano institucional que estejam voltadas para a constituição de um aparato dotado de condições básicas para proceder não só o gerenciamento do Programa de Investimentos Urbanos, como também implementar as recomendações preconizadas no Perfil.

Estes objetivos compatibilizam-se com as *Diretrizes para a Ação Integrada-79 - 83* do Governo do Estado do Espírito Santo que tem como uma de suas estratégias a Ação Regional, definida a partir dos seguintes antecedentes: concentração na Grande Vitória (setores público e privado); potencialidades regionais não identificadas; pulverização/conflitos (ação federal, estadual e municipal). Cabe ainda salientar que as Diretrizes, no que refere-se à Ação Econômica, estão voltadas para:

- . promover a interiorização do desenvolvimento;
- . estimular a vocação econômica das diferentes regiões do Estado;
- . promover a melhoria da qualidade de vida, o que denota uma articulação de políticas que compatibilizadas entre si lograrão os objetivos o que se propõem.

A Ação Regional tem por objetivo não só dar maior racionalização à ação governamental, na medida em que ela procura, por exemplo, a curto prazo, um processo de regionalização programática.

Ela poderá ser capaz não só de promover esta descentralização e portanto, de ampliar as bases do governo no que tange à agilização da máquina burocrática. A sua finalidade é, também, de tentar levar o governo mais para perto das comunidades interioranas, tornando-o mais acessível à população. Esta proximidade propiciará, necessariamente, não só um envolvimento mas também um comprometimento maior entre o governo e as populações que vivem no interior.

A sua efetivação será dada, de acordo com a proposta de regionalização estadual, que demarca regiões programas e, dentre as quais a Região IV que tem como sede, Linhares, cidade de porte médio, a nível estadual.

Na medida em que o *Programa de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio* objetiva fortalecer as cidades de porte médio, e coaduna-se com as *Dire*

trizes para a Ação Integrada - 79-83, passa a ter fundamental importân-
cia para que os objetivos harmonicamente compatibilizados possam ser
atingidos no Estado do Espírito Santo.

2.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

2.1.

ASPECTOS FISIAGRÁFICOS

2.1.1. LOCALIZAÇÃO E DIVISÃO ADMINISTRATIVA

Linhares, é o mais extenso município do Estado do Espírito Santo, contando com 4.049Km², e limita-se ao norte com São Mateus, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com Ibirapu e Aracruz e a oeste com Colatina, Mari-lândia - desmembrado de Colatina em 1980 -, São Gabriel da Palha e Rio Bananal - desmembrado de Linhares em 1979.

Devido as suas características fisiográficas, o Município é integrante da zona fisiográfica das baixadas litorâneas, conforme definido pelo IBGE. Já quanto à regionalização para fins de planejamento e ação programática do Governo do Estado, o Município, juntamente com Conceição da Barra, São Mateus, Rio Bananal e Aracruz constituem a chamada Região IV ou Região de Linhares, conforme denominação oficial.

O Município, atualmente, é dividido em 4 distritos: Linhares, Regência, São Rafael e Desengano.

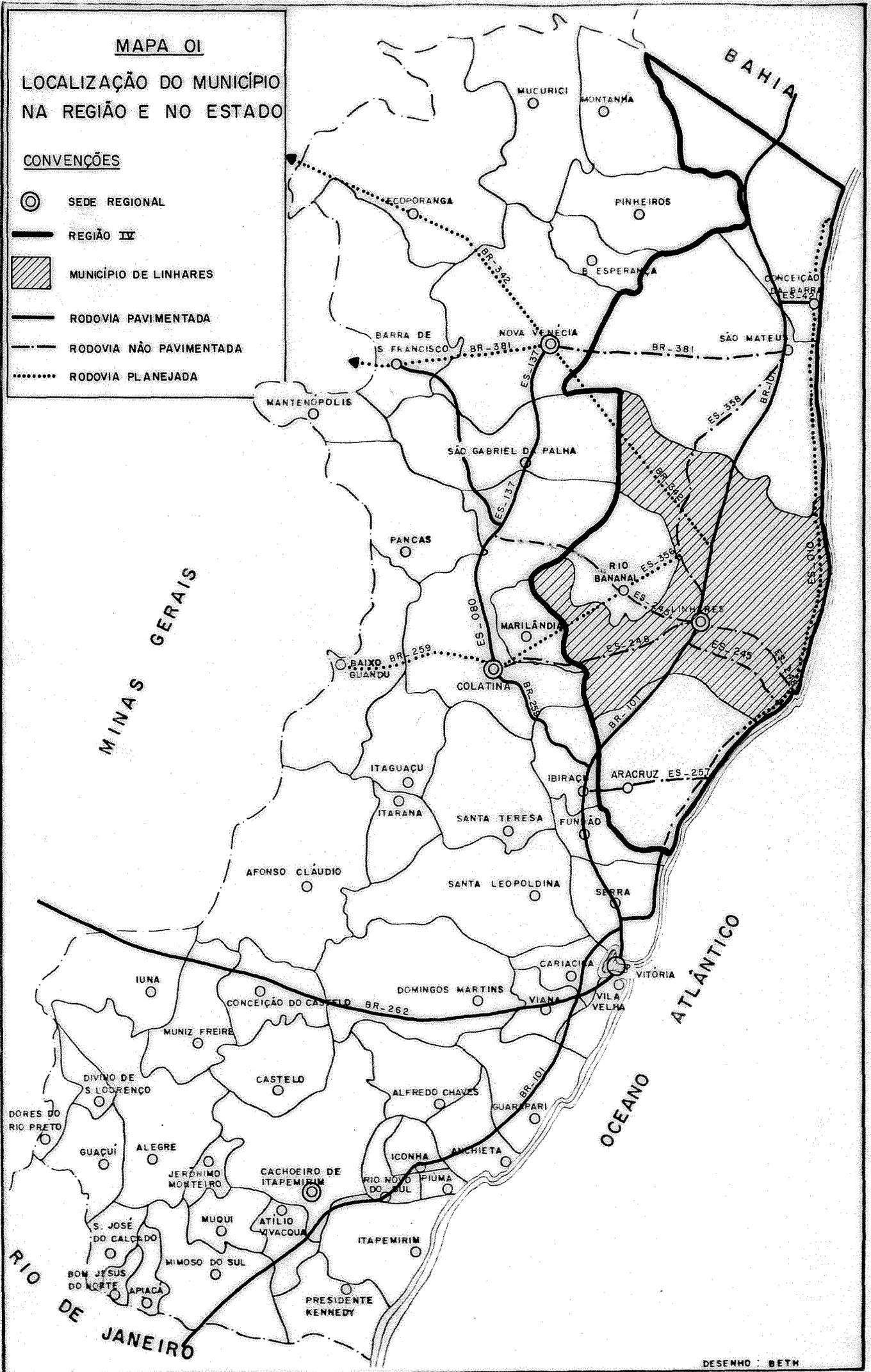
A sede municipal localiza-se à margem esquerda do rio Doce, em torno de um ponto com as seguintes coordenadas geográficas: latitude 10°24'20" Sul/Longitude 40°04'05" NO e apresenta uma altitude média de 28m. A cidade dista 180Km de Vitória e 150Km da fronteira da Bahia e 40Km do litoral, por rodovias.

MAPA 01

LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO
NA REGIÃO E NO ESTADO

CONVENÇÕES

- ⊙ SEDE REGIONAL
- REGIÃO IV
- ▨ MUNICÍPIO DE LINHARES
- RODOVIA PAVIMENTADA
- - - RODOVIA NÃO PAVIMENTADA
- ⋯ RODOVIA PLANEJADA



QUADRO 1

REGIÕES PROGRAMAS - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

REGIÃO	SEDE/NÍVEL	4º NÍVEL A	4º NÍVEL B	5º NÍVEL
REGIÃO I	Vitória (Aglomeração Urbana da Grande Vitória) 1º Nível	Guarapari	Afonso Cláudio	Ibiraçu Fundão Santa Leopoldina Domingos Martins Alfredo Chaves Anchieta Piúma
REGIÃO II	Colatina 2º Nível	Baixo Guandu		Marilândia Mantenópolis Pancas Itaguaçu Itarana
REGIÃO III	Nova Venécia 3º Nível	Montanha Barra de São Francisco	Pinheiro Ecoporanga	Mucurici Boa Esperança São Gabriel da Palha
REGIÃO IV	Linhares 2º Nível	São Mateus Aracruz		Conceição da Barra Rio Bananal
REGIÃO V	Cachoeiro de Itapemirim 2º Nível	Castelo Guaçuí Alegre Mimoso do Sul	Iúna	Iconha Rio Novo do Sul Itapemirim Presidente Kennedy Atílio Vivacqua Muqui Jerônimo Monteiro Conceição do Castelo Apiacã Bom Jesus do Norte São José do Calçado Muniz Freire Divino São Lourenço Dores do Rio Preto

2.1.2. GEOLOGIA, HIDROGRAFIA, RELEVO E SOLO

O território do Município, pode geograficamente ser distribuído nos seguintes espaços, relativamente homogêneos: Zona das Várzeas Litorâneas, Zona dos Tabuleiros, Zona das Aluviões e Zona das Terras Altas.

A Zona das Várzeas Litorâneas constitui quase 1/3 do território do Município. Aí os solos são em geral hidromórficos, embora restingas apareçam de forma significativa.

Os solos são portanto de origem quaternária, isto é, de formação mais recente, sendo que as restingas represam as águas vindas do interior, formando ali lagos e extensos alagados.

A atividade econômica desta zona, está fundamentalmente estruturada sobre a pecuária de corte, que nos períodos de seca encontra nos baixios úmidos, espaços necessários para a engorda do gado. De forma complementar ou secundária aí aparecem a cultura do milho e do arroz. A altitude desta zona não ultrapassa a casa dos 20m, estando a sua maior parte abaixo de 10m.

Do litoral para o interior, a segunda zona que aparece é a dos tabuleiros. Os solos desta zona são também de origem sedimentar, embora logicamente bem mais antigos, isto é, são terciários, estando portanto bem mais consolidado.

Os tabuleiros ou formação *série barreiras*, como são também conhecidos, cobrem mais da metade do Município. Apresentam-se bastante planos, elevando-se ligeiramente para Oeste, indo de altitudes de pouco mais de 20 metros a quase 200m, embora a variação entre 20m e 80m seja a mais constante. Os tabuleiros formam uma grande chapada, daí serem conhecidos po

pularmente por *chapadões*, somente interrompida por vales onde se adaptou a drenagem.

Esta zona até bem pouco tempo marcada pela pecuária de corte e pelo cultivo da mandioca, da pimenta do reino e do abacaxi, está sendo paulatinamente ocupada pela atividade de reflorestamento, basicamente implantada através de árvores exógenas, tais como o *pinus* e o eucalipto.

Os solos tabuleiros apresentam uma fertilidade média e são bem drenados. Logo após a devastação das florestas originais, apresentam fertilidade alta e prestam-se otimamente para o cultivo de cereais e mesmo do café, espécie *conilon*. Posteriormente com a perda da fertilidade são aproveitados para pasto, onde a gramínea predominante é o *colonião*. Entretanto, devido a planura do relevo, se devidamente arado e adubado, o solo recupera quase que plenamente a sua fertilidade.

A terceira zona, ou seja a das Terras Altas, é constituída por terrenos de origem pré-cambriana, apresentando topografia acidentada, comparativamente às outras unidades fisiográficas, podendo ser chamada de sopê de serra. Os solos que aí aparecem apresentam boa fertilidade, mas o processo de erosão acelerado após a retirada das matas, associado ao mau uso da terra, danifica consideravelmente o seu valor.

A lavoura predominante é a do café, estabelecida basicamente sobre a propriedade, colonizado por descendentes de imigrantes italianos, vindos do Sul do Estado.

Esta zona estende-se a sudoeste do Município, ao longo das divisas com os municípios de Colatina e com o sul de Rio Bananal e a noroeste na divisa com São Gabriel da Palha.

A quarta e última zona é constituída pelas Aluviões existentes ao longo do rio Doce, numa faixa média de 5 a 10Km, principalmente no trecho a

jusante da cidade de Linhares. Esta zona constitui cerca de quase 10% do Município. É, em comparação com a zona das Várzeas Litorâneas, bem drenada, predominando aí a cacauicultura, acompanhada da bananicultura, que lhe é complementar, e a arizicultura. A fertilidade do solo é excelente, apresentando alto teor de nutrientes.

No que diz respeito a hidrografia do Município, podemos dizer que ela é essencialmente representada pelas bacias dos rios Doce e Barra Seca e que a mesma está diretamente ligada à formação geológica do território.

Em toda a extensão do litoral do Município, as águas só tem duas saídas diretas para o mar. A primeira é através do próprio rio Doce e a segunda através do Barra Seca, na divisa com São Mateus. As águas do Barra Seca encontram saída também, na barra Nova, através de uma ligação natural com o rio Mariricu, já no Município de São Mateus. As águas da bacia do rio Doce, encontram também uma saída indireta na barra do Riacho, de desembocadura do rio do mesmo nome, situada no Município de Aracruz, ao sul.

De um modo geral, exceto o rio Doce, os rios do Município após drenarem as Terras Altas e os Tabuleiros, dão origem a inúmeras lagoas, sendo que as mesmas não passam de um barramento dos leitos destes mesmos rios. O exemplo mais significativo é a lagoa Juparanã, com mais de 30km de extensão, e largura máxima de 6km. Esta lagoa foi formada pelo rio São José, que na sua evolução geológica entalhou, numa primeira etapa, profundo e extenso vale de fundo chato e largo. Numa etapa posterior, os sedimentos quaternário, de origem aluvionar e marinha fecharam a saída do vale dando origem à referida lagoa.

Outras lagoas de tabuleiros merecem destaque: Juparanã Mirim ou Nova, Palmas, Palminhas, Terra Alta e Amaretos, a oeste da BR 101; Testa, Campo Braz, Durão, Dentro e Aguiar, a leste da BR 101, todas na zona rural; e do Meio e do Aviso na área urbana da cidade.

Em alguns pontos da Zona das Várzeas Litorâneas, as formações de restingas represaram as águas vindas do interior, formando também lagoas e alagados, as quais com o decorrer dos tempos estão se colmatando com os sedimentos transportados pelas águas. Aí merece destaque as lagoas Suruaca, Bonita, Zacarias e Martins e o extenso brejo de Suruaca.

Em resumo: a característica topográfica do Município é a planura, com 90% de sua área com declividade inferiores a 30%.

A transição das Terras Altas, para os Tabuleiros e para a Baixada Litorânea (Aluviões e várzeas), faz-se gradativamente por níveis escalonados, que aproximam-se a terraços. Já quanto a hidrografia pode-se dizer que a mesma é bastante rica, apresentando-se de maneira marcante em todo o território.

2.1.3. CLIMA

A posição geográfica do Município enquadra-o na faixa de clima inter-tropical. Verifica-se para o período de observação, estudado, isto é, 1948-1966, que o mês mais chuvoso é dezembro com 188mm, enquanto que o mais seco é agosto com 38mm, sendo que no verão concentram-se 68% do total das precipitações.

O território do Município recebe chuvas de cerca de 1.100mm anuais, no trecho do vale do rio Doce mais próximo a Colatina, e 1.200mm no trecho abaixo de Linhares, enquanto que no restante as precipitações são bem maiores. As chuvas de verão, caem em forma de aguaceiros acompanhados de trovões.

Devido, em parte, ao regime dos ventos, onde o Nordeste predomina quase o ano todo, principalmente no verão, as temperaturas registradas no Município, se comparada a de outros também localizados no bairro rio Doce, apresenta um curioso contraste: no inverno, Linhares é mais quente, no verão é mais fresco.

O mês mais quente para o período de observação foi o de abril, com média de 34,4°C e o mais frio o de julho, com 20,5°C.

Devido as estas características de temperatura e de chuvas o Município apresenta um regime de evapo-transpiração potencial elevado.

2.1.4. VEGETAÇÃO

A distribuição da cobertura florestal natural do Município, está intimamente ligada a compartimentação geológica existente.

Os diferentes agrupamentos de vegetação se distribuem em faixas quase que paralelas ao litoral, ora estreitando-se, ora alargando-se, conforme o comportamento da geologia, embora outros fatores não podem ser negligenciados.

Ao longo dos cordões arenosos, aparece uma vegetação menos densa, de caráter xeromórfico, apresentando áreas abertas onde o solo é recoberto por gramíneas, bromeláceas e cactáceas. Intermeando estes cordões arenosos ou estendendo-se ao longo das várzeas úmidas, encontra-se a formação vegetal denominada *Comunidade Herbácea Constituída por Elementos Fixos ou Flutuantes das Áreas Inundáveis*.

Na faixa próxima ao mar aparecem as *Comunidades Subarbustivas e Herbáceas das Dunas e Praias*, e na foz do rio Ipiranga e no entorno da Lagoa Mon

sarás aparece vegetação característica de solos sob influência das ma rês: os manguezais.

Já na Zona dos Tabuleiros, aparece a mais expressiva, em extensão, das comunidades florestais do Município: *Comunidades Arbóreas Mesófilas dos Tabuleiros*.

Nesta Zona as árvores apresentam porte, isto é, altura - atingem a cerca de 50m - e volume bastante significativo. A floresta de tabuleiros apre sentam sub-bosques relativamente espaçadas de modo a permitir que o sol penetre até a superfície do solo, em geral coberto por uma camada de folhas mortas, que confere ao solo características de fertilidade.

A não ser as extensas reservas: Sooretama, federal, e a da CVRD, no Norte do Município, somente restam desta fabulosa floresta, pequenas i lhas isoladas, sendo que na década passada extensas áreas dos tabuleiros foram desprovidos de sua cobertura florestal natural, sendo substituída por floresta natural de eucalíptos *pinus*.

A Oeste do Município, as *Comunidades Arbóreas Higrófilas e Mesófilas*, fo ram dominantes no passado, sendo bastante densas com elementos de gran de diâmetro e em alguns casos chegando a ultrapassar a altura de 50m.

Na faixa aluvial ao longo do rio Doce, sujeita a alagamentos temporários, crescem elementos de porte médio ao lado de outras de menor porte. Nesta área os elementos de menor porte, geralmente *lianas* e *epifitas*, são re tirados e substituídos pelo cacau, conservando-se as de maior porte pa ra a *cobertura* protegendo assim o *cacaual*, de uma penetração excessiva dos raios solares.

O município contava, em 1970, com 114.789 hectares de florestas naturais e 2.576 hectares de florestas artificiais, participando com 26,24% da cobertura florestal do Estado.

Comparando-se a situação observada em 1970, com a de 1975/76, verifica-se uma variação na área de cobertura florestal do município, atingindo - 18,81% e + 105,16% nas florestas naturais e artificiais, respectivamente na cobertura florestal do Estado passasse a 31,67%.

Portanto, somente na reserva florestal de Sooretama e na reserva da Cia. Vale do Rio Doce e na floresta de proteção do cacau, encontramos grandes extensões de terra coberta por vegetação com elementos de porte significativo.

A Leste e bem próximo a zona urbana da cidade, existe algumas *ilhas* de florestas de tabuleiros, que mereciam ser resguardadas, para que no futuro possam se tornar por exemplo, um parque florestal, constituindo para os linharenses um testemunho da colossal cobertura vegetal que existia na área.

2.2. PROCESSO HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

O atual território do Município de Linhares desde tempos remotos era habitado pelos indígenas da tribo Aimorés, pertencentes ao agrupamento Gê ou macro-Gê.

Esta nação indígena, como as demais que habitavam o território brasileiro, encontrava-se em estado de organização social, econômica e tecnológica, bem inferior aos novos *donos da terra* tendo em decorrência, sido assimilada ou dizimada no decorrer do processo de dominação portuguesa.

Segundo os registros históricos disponíveis já em 1557, é fundada a aldeia de Riacho, o que seria o primeiro núcleo colonial estabelecido oficialmente na região. Anos após, em 1573, registra-se oficialmente a primeira expedição que sobe o rio Doce até as Minas Gerais, tendo a mesma registrado a existência da lagoa Juparanã.

Entretanto, a ocupação do território do atual Município, só começou a efetivar-se séculos mais tarde, isto é em 1800, quando se estabeleceu o quartel de Coutins no local onde hoje está localizada a cidade de Linhares. Este quartel visava barrar a penetração de aventureiros em direção às minas de ouro e outras pedras preciosas, que então polarizavam a atenção de toda a colônia e da metrópole portuguesa.

É interessante observar, que para proteger a região das Minas Gerais, o Governo Colonial português proibiu, até a independência, a abertura de vias e a ocupação do interior da então Província do Espírito Santo.

Mesmo assim, em 1809 é estabelecido a primeira sesmaria, por portugueses vindo da Bahia, com família e escravos, tendo estabelecido fazenda na margem direita do rio Doce, defronte da atual cidade de Linhares, distante um pouco mais de 6 léguas do litoral.

Foi então experimentado a cultura do trigo e do linho, nas ricas terras de aluviões, às margens do rio Doce. Entretanto, a mais significativa, foi a cultura da mandioca e da cana-de-açúcar que logo passaram a ser exportadas sob a forma de farinha e açúcar.

Já em 1818, Saint'Hilaire visitando a região encontrou uma fazenda estabelecida nas proximidades da foz do rio Doce, onde hoje existe a localidade de Povoação do rio Doce. Nesta época, além dos produtos anteriormente citados, a região já produzia cereais e a criação de gado bovino já aparecia de forma significativa.

Anos após, a dois de abril de 1833, é criada a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Linhares e estabelecida a sua sede na Vila de Linhares.

Durante todo o desenrolar do século XIX o Município permaneceu pouco habitado, concentrando-se a sua pequena população na zona de aluviões do baixo rio Doce.

Somente em 1895 é criada a Comarca de Linhares, por lei do então Congresso Estadual, tendo a mesma sido extinta cinco anos após e restabelecida em 1906.

A partir de 1906, o eixo de ocupação do Município, sofre radical mudança com a chegada à margem do rio Doce dos trilhos da Estrada de Ferro Diamantina, hoje Estrada de Ferro Vitória Minas, no local da atual cidade de Colatina, cerca de 50Km a montante de Linhares.

Linhares, sofre então severo abalo econômico, pois todo o comércio de grande parte de Minas e Espírito Santo que era feito barra do rio Doce a fora, tendo a Vila como centro de inter-câmbio, é desviado para Colatina e daí por ferrovia para Vitória. Tanto que, em 1907, a sede do, já então, Município e Comarca é transferida para a atual Colatina, embora conservando a denominação de Linhares.

A ex-vila entra em processo de regressão e muitas casas ruem devido ao abandono, e a insipiente economia do Município se desagrega.

Em 1921, o Município passa a denominar-se Colatina e deste modo o nome de Linhares ficou apenas circunscrito ao Distrito.

A frente pioneira de colonização da região norte do Rio Doce, que se intensificou a partir da construção, em 1938, da ponte sobre aquele rio, em Colatina, veio atingir também o então distrito de Linhares. A penetração e colonização, agora é realizada no sentido interior/litoral através das áreas limítrofes do então Distrito Sede do Município de Colatina. Esta frente de ocupação foi dinamizada pelo ciclo madeira/café, característico, na época, do processo de ocupação do espaço estadual.

Este ciclo não se apresentou de forma homogênea no Município, já que a partir de 1917, o governo estadual estimulou a cultura do cacau, através da distribuição gratuita de glebas para quem se dispusesse a cultivar tal esterculiãcea.

Segundo CALMON*, a alta do café em 1925/26 atrapalhou de certo modo o desenvolvimento da lavoura do cacau, que assim teve retardada a sua eclosão.

*CALMON, Lastênio - In *Vultos, Fatos e Lendas de Linhares*, citado no Plano de Desenvolvimento de Linhares.

A concretização em 1937 da ligação rodoviária Linhares/Vitória, por via litorânea, veio induzir novo ritmo ao processo de colonização do Município.

Posteriormente a cacauicultura tomou vigor, encontrando nas margens e no *delta* do rio Doce condições favoráveis de clima e solo. Atualmente, quase toda a área ecologicamente indicada para esta lavoura encontra-se plantada, e o Município é o maior produtor do Estado e este o segundo do país.

Ao mesmo tempo que o cacau se alastrava pelas margens e *delta* do rio Doce, o café descia as encostas das *terras altas*, tendo posteriormente sido responsável pela ocupação de boa parte dos tabuleiros.

Na década de 40, mudou realmente a dinâmica de ocupação do Município. Entre os anos censitários de 1940 e 1950 registrou-se um crescimento na ordem de 282,02%, verificando-se uma população de 29.381 habitantes no final do período, contra 7.691 habitantes* em 1940.

Devido ao crescimento registrado, os então Distritos de Linhares e Regência se emanciparam de Colatina, restabelecendo assim o Município de Linhares. Em 1949 são criados os distritos de Desengano, São Rafael e Rio Bananal, todos desmembrados do Distrito Sede, sendo que o último foi transformado em Município em 1979.

Nas décadas seguintes, o processo de ocupação do espaço é acelerado, e a população cresce a taxas significativas registrando-se 47.617 habitantes em 1960 e 77.543 habitantes em 1970.

*Inclusive o território que hoje compreende o Município de Rio Bananal.

A pujança das matas que cobriam o Município, permitiu por muito tempo e até hoje, a atividade extrativa da madeira, que foi passando gradativamente para a industrialização. A exploração florestal, por si só, foi elemento significativo na ocupação do território.

Como os demais municípios cafeeiros, Linhares também sofreu o impacto da política de erradicação dos cafezais, implantada a partir de 1966, só que em menor intensidade, já que o café não era o seu principal produto de sustentação. O cacau e a extração e transformação da madeira, juntamente com a atividade de reflorestamento conseguiu manter e mesmo acelerar o ritmo de crescimento da economia do Município.

Atualmente, a população acha-se concentrada na Zona dos Tabuleiros, ao longo e a oeste da rodovia BR 101. Na Zona das Terras Altas, com a reimplantação e dinamização da lavoura cafeeira, pode-se verificar novos incrementos populacionais. A Zona das Várzeas Litorâneas, tende também a absorver uma parcela mais significativa da população a medida que seus brejos e alagados vão sendo saneados, incorporando-se assim novas terras para atividades econômicas rurais, principalmente agropecuárias. Além do vazio demográfico da Zona das Várzeas Litorâneas, outras áreas atualmente colaboram para o relativo baixo índice de densidade: a Reserva Florestal Federal de Sooretama, a Reserva Florestal da Cia. Vale do Rio Doce além das extensas áreas destinadas ao reflorestamento, todas elas localizadas na Zona dos Tabuleiros.

Atualmente a tendência da população do Município é de concentrar-se, mesmo aquelas ligadas as atividades primárias, em núcleos urbanos, sejam eles a cidade, as vilas e os povoados (aglomerados rurais, segundo o censo de 1980 do IBGE).

Os núcleos urbanos se concentram ou se dispersam conforme a zona fisiográfica e econômica que se localizam.

Na Zona das Várzeas Litorâneas, não registra-se ainda nenhum núcleo significativo de concentração de população, exceto a vila de Regência e o povoado de Povoação respectivamente na margem sul e norte do rio Doce. Estes núcleos localizados nas proximidades da foz do grande rio, estão mais ligados às atividades econômicas - cacau e pecuária - da estreita faixa da Zona de Aluviões ao longo do rio Doce, além da atividade pesqueira, esta ainda insipiente.

Na Zona dos Tabuleiros, surge o maior número de núcleos urbanos e os mais significativos: a Cidade, Rio Quartel, Canivete (parte isolada da área urbana da cidade), Córrego D'Água, Farias, Comendador Rafael (Fundo da Lagoa) e Juncado.

A oeste, já fora dos tabuleiros, encontramos as vilas de Desengano, ao sul do rio Doce e São Rafael, ao norte do rio Doce, além do povoado de São Jorge de Barra Seca na divisa com São Mateus. Ao sul do rio Doce, na Zona de Transição dos aluviões para os tabuleiros, aparece o povoado de Bebedouro.

Entre estes núcleos destacam-se a cidade de Linhares com 63.000 habitantes, os povoados de Bebedouro com 3.200 habitantes e Córrego D'Água com 5.400 habitantes, conforme estimativa de população para 1980.

Quanto à cidade, a mesma teve como embrião o antigo quartel dos Coutins, estabelecido em 1980, na confluência dos rios Doce e Pequeno, sendo que este último é a denominação do rio São José no trecho a jusante da lagoa Juparanã.

Durante quase século e meio a cidade passou ora por períodos mais dinâmicos, ora por períodos de estagnação e mesmo retrocesso. Somente na década de 50, após a construção da ponte sobre o rio Doce, e com o desenvolvimento da economia cafeeira e cacauífera, a cidade saiu do seu marasmo inicial. Em 1950 contava com apenas 2.939 habitantes, passando para 5.715, 28.592 e 63.459, respectivamente em 1960, 1970 e 1980.

Com a implantação da destilaria de álcool da LASA, das lavouras da cana da LASA e outros pequenos produtores, e com o saneamento da área do Suruaca, o panorama da ocupação do território poderá sofrer transformações de monta, com reflexos, tanto na distribuição da população rural como no crescimento da população urbana. A revizoração da lavoura cafeeira e da cultura da pimenta do reino, poderá também trazer reflexos significativos no panorama de ocupação do Município. Nos dias atuais, um novo fator econômico começa a despontar: a produção de petróleo, que dos poços pioneiros na plataforma continental, passa também, a aparecer em terra firme na região da foz do rio Doce.

2.3.

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS

2.3.1. O QUADRO POPULACIONAL

A Região de Linhares, num processo percebido, em termos de Espírito Santo, apenas na Região de Vitória, tem-se mostrado como pólo atrativo de população, no período 60/80, quando as demais regiões sofreram forte evasão populacional devido, em parte, ao programa de erradicação dos cafeais improdutivos. Apesar disso, a Região não apresenta ainda maiores níveis de urbanização, embora possua altas taxas de crescimento urbano, só superadas pela Região de Vitória.

O Município de Linhares tem apresentado aumentos populacionais tanto na área rural, quanto na urbana. De acordo com o quadro 7 a população do Município apresentou um aumento significativo no período 40/50, quando a taxa de crescimento foi de 14,3% a.a.; passando a apresentar um crescimento de 5,0% a.a durante o período 50/60/70 e um aumento de 4,6% a.a. no período 70/80. Deve-se esclarecer, entretanto, que quanto à situação atual, o quadro populacional apresenta-se bastante confuso, pois o Censo Escolar/PSE-1977 registrou para o Município uma população de 93.867 habitantes, e uma estimativa por expansão de amostra, realizada pela Fundação Jones dos Santos Neves, para 1979, no trabalho *Localização e Dimensionamento da Rede Escolar* chegou-se a uma população de 121.462 habitantes.

A cidade, também, apresenta taxas de crescimento elevadas conforme pode-se verificar no quadro nº 7 e como população rural não sofreu decréscimos, pode-se afirmar que a cidade tem sido pólo de atração de migrantes de outros municípios e estados.

A população da cidade que era de 5.714, em 1960, passou a 25.582, em 70, e a 63.459, em 1980 (estimativa da FJSN), com taxas de crescimento de 16,2%, 9,6% respectivamente.

É interessante observar que em 1977, o Censo Escolar registrou 33.133 habitantes na cidade, mas há de se considerar que, naquele censo, foi usado os mesmos setores censitários urbanos de 1970 e que no período 70/77 a cidade ultrapassou o perímetro urbano legal, vigente em 70, além dos erros constatados naquele censo.

Como não ocorreu nenhuma grande alteração econômica, que justifique esse grande diferencial (77/80), uma destas cifras deve estar discordante da realidade.

O Censo Escolar/PSE-1977 provavelmente omitiu uma significativa parcela da população do Município e mesmo da cidade, pois apesar de sua abrangência - pesquisa direta em todos os domicílios -, constatou-se, num trabalho posterior de avaliação, que no computo geral de todo o Estado, houve omissões de 5,3% e 8% para as populações rural e urbana, respectivamente, e na Grande Vitória a omissão foi em torno de 20% no total.

A estimativa da FJSN 1980, foi realizada tendo por base um levantamento preliminar do número das unidades residenciais existentes, em 1979, a nível de setor censitário, realizado nos preparativos para elaboração do censo de 1980. Nas áreas urbanas, a relação habitantes por domicílio foi obtida de uma pesquisa direta com amostra de 10% do universo de residências, e na área rural, adotando a relação de seis hab/domicílio. Nesta estimativa foi levada em consideração a porcentagem de domicílios vagos normalmente existentes, adotando-se a média dos percentuais registrados em 1970 e 1977.

Os números são, portanto, contraditórios e, somente o censo geral de 1980, que está sendo realizado pelo IBGE, poderá confirmar qual os números reais e a tendência de crescimento da população.

Com tais indicadores, está evidenciado que a população de Linhares vem sofrendo acréscimos gradativos e permanentes, tanto na área urbana quanto na rural, sendo que a população urbana já ultrapassou a rural, conforme os dados de 1980 (estimativa por amostra).

Da análise do quadro populacional, constata-se que a concentração de população urbana do Município, passa a ser representativa em 1970, quando atinge a 35%, sendo que destes, somente a cidade é responsável por 33%. Em 1980, o índice já é de 52% para a concentração da população na cidade e, 56% em todo o Município (vilas e cidade).

Convém registrar que o efetivo *urbano* real do Município é bem maior, como pode ser visto pelo quadro 9, onde estão listados inúmeros núcleos de características urbanas, que por não serem sedes distritais, não tem sua população computadas como urbanas. Os mais significativos e importantes são Córrego D'Água e Bebedouro, que apresentam população numericamente bem maior que as das vilas. O crescimento destes núcleos, oficialmente não urbanos, pode explicar em parte o crescimento do *quantum* da população rural, registrados nos últimos censos e na estimativa.

Pela análise do movimento migratório do período 1968/1977, o Município teve um saldo de 5.374 habitantes, oriundos de outros municípios do Estado, não tendo o Censo Escolar/PSE 1977 publicado dados sobre as migrações provenientes de outros Estados. Linhares teve saldo favorável na troca de população, com todas as regiões, sendo que a nível de município teve saldo negativo com a Grande Vitória, Guarapari, Pancas e Conceição do Castelo.

Apesar do saldo negativo em relação a Grande Vitória, o Município recebeu uma boa parcela de migrantes oriundo daquela aglomeração, verificando-se aí provavelmente o fenômeno de migração interurbana.

Por ordem decrescente, estes são os principais municípios que exportaram população para Linhares: Colatina (área de café), Aracruz (área de reflorestamento), Grande Vitória, Cachoeiro de Itapemirim (área de café), Nova Venécia (área de café), Ibirapu, Montanha.

O Município - principalmente a cidade, as vilas e os povoados ao longo da BR 101 - tem recebido, após a abertura da rodovia, grandes contingentes populacionais do sul da Bahia e outros estados do nordeste mas, somente o censo de 80, poderá revelar qual o montante.

Em resumo, o Município, juntamente com a região tem-se constituído pólo de atração de migrantes e a cidade de Linhares se consolida como pólo regional, tendendo se manter o atual ritmo de crescimento, a ser em meados da década de 80, a maior cidade do interior do Estado.

QUADRO 3

POPULAÇÃO RURAL E URBANA - 1960/70/77 - ESTADO, REGIÕES PROGRAMAS E MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LINHARES

DISCRIMINAÇÃO	1960				1970				1977			
	URBANA		RURAL		URBANA		RURAL		URBANA		RURAL	
	1000 hab.	%										
ESPÍRITO SANTO	403,5	28,4	1.015,0	71,6	734,8	45,4	883,0	54,6	899,9	52,8	805,0	47,2
REGIÕES:												
Vitória	197,2	52,8	176,3	47,2	384,6	65,5	202,3	34,5	480,6	69,5	211,0	30,5
Colatina	50,9	25,0	152,6	75,0	80,5	41,0	115,8	59,0	94,0	47,6	103,6	52,4
Nova Venécia	27,6	9,3	269,5	90,7	65,5	26,0	186,3	74,0	76,0	35,7	136,9	64,3
Linhares*	21,0	14,4	125,0	85,6	56,9	29,4	136,6	70,6	79,0	35,4	144,2	64,6
Cachoeiro de Itap.	106,8	26,8	291,6	73,2	147,3	37,8	242,0	62,2	170,3	44,9	209,3	55,1
REGIÃO IV - LINHARES												
MUNICÍPIOS:												
Aracruz	3,7	20,2	21,5	79,8	8,5	40,6	18,3	59,4	11,6	51,4	24,4	48,6
Conceição da Barra	2,0	8,6	21,0	91,4	6,9	21,4	25,2	78,6	7,9	24,1	24,8	75,9
Linhares*	8,8	13,4	56,6	86,6	28,5	30,6	64,7	69,4	36,3	33,2	73,1	66,8
São Mateus	6,5	14,7	25,8	85,3	13,0	31,6	28,4	68,4	23,2	32,2	21,9	67,8

*Inclusive o Município de Rio Bananal.

Fonte: Censos Demográficos do Espírito Santo - IBGE - 1960/70
PSE/Censo Escolar do Espírito Santo - SEPL/ES - 1977.

QUADRO 4

POPULAÇÃO TOTAL E TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO - 1960/70/77 - ESTADO, REGIÕES PROGRAMAS E MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LINHARES

DISCRIMINAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL						TAXA DE CRESCIMENTO			
	1960		1970		1977		NO PERÍODO		ANUAL	
	1000 hab.	%	1000 hab.	%	1000 hab.	%	60/70	70/77	60/70	70/77
ESPÍRITO SANTO	1.418,4	100,0	1.617,8	100,0	1.704,9	100,0	14,1	5,4	1,32	0,75
REGIÕES:										
Vitória	373,5	26,3	586,9	36,3	691,6	40,6	57,1	17,8	4,62	2,37
Colatina	203,5	14,3	196,3	12,1	197,0	11,6	(3,5)	0,7	(0,36)	0,09
Nova Venécia	297,0	21,0	251,8	15,5	212,9	12,4	(15,2)	(15,4)	(1,64)	(2,37)
Linhares	146,0	10,3	193,5	12,0	223,2	13,1	32,5	15,3	2,86	2,06
Cachoeiro de Itapemirim	398,4	28,1	389,3	24,1	379,6	22,3	(2,3)	(2,5)	(0,23)	(0,36)
REGIÃO IV - LINHARES										
MUNICÍPIOS:										
Aracruz	25,2	17,3	26,8	13,8	36,0	16,1	6,39	34,16	0,62	4,28
Conceição da Barra	23,0	15,7	32,1	16,6	32,7	14,7	39,45	1,95	3,38	0,28
Linhares *	65,4	44,8	93,2	48,2	109,4	49,0	42,49	17,36	3,60	2,31
São Mateus	32,4	22,2	41,4	21,4	45,2	20,2	28,03	9,08	2,50	1,24

Fonte: Censos Demográficos do Espírito Santo - IBGE - 1960/1970
 PSE/Censo Escolar do Espírito Santo - SEPL/ES - 1977.

* Inclusive o Município de Rio Bananal

QUADRO 6

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO 1940/1980 - MUNICÍPIO E CIDADE DE LINHARES

SETORES	1940	1950	1960	1970	1977	1980
Cidade	733	2.939	5.714	25.592	33.133	63.459
Vilas	203	199	1.143	1.218	973	2.268
SUBTOTAL	936	3.138	6.857	26.800	34.106	65.727
Rural	6.755	26.243	40.760	50.748	59.761	45.913
TOTAL*	7.691	29.381	47.617	77.543	93.867	111.640

*Em 1940, inclusive a área que compreende o atual Município de Rio Bananal. Nos demais anos, excluindo Rio Bananal.

Fontes: Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000 - FJSN

Censo Escolar/PSE-1977, SEPL

Localização e Dimensionamento de rede escolar - 1980 - FJSN.

QUADRO 7

TAXAS DE CRESCIMENTOS DA POPULAÇÃO - 1940/1980
MUNICÍPIO E CIDADE DE LINHARES

TAXA DE CRESCIMENTO	1940/50	1950/60	1960/70	1970/80
Município	14,3	5,0	5,0	4,6
Cidade	14,9	6,8	16,2	9,6

Fontes: Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000 - FJSN
Localização e Dimensionamento de Rede Escolar - 1980 - FJSN.

QUADRO 8

GRAU DE CONCENTRAÇÃO URBANA - 1940/50/60/70/80 NA CIDADE E NO
MUNICÍPIO DE LINHARES

GRAU DE CONCENTRAÇÃO	1940 %	1950 %	1960 %	1970 %	1977 %	1980 %
Município (cidade e vilas)	0,12	0,11	0,14	0,35	0,36	0,56
Cidade de Linhares	0,09	0,10	0,12	0,33	0,35	0,52

Fonte: Estrutura Demográfica do Espírito Santo - 1940/2000 - FJSN
Localização e Dimensionamento de Rede Escolar - 1980 - FJSN.
Censo Escolar/PSE - 1977 - SEPL.

QUADRO 9

POPULAÇÃO E NÚMERO DE DOMICÍLIOS - 1970/1980

MUNICÍPIO DE LINHARES (TOTAL, CIDADES, VILAS, POVOADOS E ZONA RURAL)

DISTRITOS	TOTAL DOMICÍLIOS		TOTAL POPULAÇÃO	
	1970	1980	1970	1980
Município	13.142	22.262	75.366	111.640
Distrito Sede	9.872	18.406	56.606	92.055
Cidade	4.356	12.799	25.120	63.459
Povoados:*				
. Bebedouro	-	639	-	3.259
. Farias	-	40	-	204
. Córrego D'Água	-	1.066	-	5.437
. Comendador Rafael	-	145	-	740
. Juncado	-	133	-	576
. São Jorge da Barra Seca	-	100	-	510
Rural	5.516	3.504	31.486	17.870
Distrito de Regência	1.482	1.688	7.882	8.580
Vila	57	126	372	613
Povoados:*				
. Povoação do Rio Doce	-	167	-	852
Rural	1.425	1.395	7.510	7.115
Distrito de São Rafael	1.279	1.579	7.898	8.020
Vila	101	135	596	656
Rural	1.178	1.444	7.302	7.364
Distrito de Desengano	509	589	2.980	2.985
Vila	38	82	239	399
Rural	471	597	2.741	2.586

*Povoados: sã os com mais de 40 domicílios.

Fonte: Setores censitários - 1970 - IBGE

Estimativa tendo o universo de domicílios - 1980 - FJSN.

QUADRO 10

MOVIMENTO MIGRATÓRIO INTRA-ESTADUAL - 1969/1977 -
MUNICÍPIO DE LINHARES

Período: 1968/1977

MUNICÍPIOS	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO
<i>REGIÃO I</i>	2.393	4.901
Afonso Cláudio	52	-
Alfredo Chaves	114	58
Anchieta	25	-
Domingos Martins	-	-
Fundão	79	59
Guarapari	61	173
Ibiraçu	417	278
Piúma	-	39
Santa Leopoldina	21	19
Santa Teresa	252	149
Grande Vitória (Serra, Cariacica, Vila Velha, Viana e Vitória)	1.270	3.024
<i>REGIÃO II</i>	3.591	1.482
Baixo Guandu	211	28
Colatina	3.186	1.281
Itaguaçu	138	88
Itarana	-	6
Mantenópolis	-	-
Pancas	56	79
<i>REGIÃO III</i>	3.003	1.077
Barra de São Francisco	285	27
Boa Esperança	106	8
Ecoporanga	82	20
Montanha	346	-
Mururici	157	-
Nova Venécia	566	9
Pinheiro	289	244
São Gabriel da Palha	1.172	769

continuação

Quadro 10

MUNICÍPIOS	IMIGRAÇÃO	EMIGRAÇÃO
<i>REGIÃO IV</i>	3.542	1.878
Aracruz	1.533	915
Conceição da Barra	370	242
Linhares	-	-
São Mateus	1.639	721
<i>REGIÃO V</i>	1.438	156
Alegre	79	-
Apiacã	12	-
Atílio Vivacqua	-	-
Bom Jesus do Norte	20	-
Cachoeiro do Itapemirim	627	57
Castelo	274	-
Conceição do Castelo	12	65
Divino de São Lourenço	12	-
Dores do Rio Preto	-	-
Guaçuí	-	-
Iconha	160	34
Itapemirim	-	-
Iúna	-	-
Jerônimo Monteiro	-	-
Mimoso do Sul	51	-
Muniz Freire	27	-
Muqui	100	-
Presidente Kennedy	20	-
Rio Novo do Sul	24	-
São José do Calçado	20	-
Sem Declaração	901	-
TOTAL DO ESTADO	14.868	9.494
SALDO	5.374	-

Fonte: Espírito Santo. Secretaria de Estado do Planejamento. Censo Escolar/
PSE-1977.

2.3.2. POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)

Para análise da PEA, tomar-se-á apenas a parte que diz respeito a emprego, onde poder-se-á notar o nível e qualidade de emprego na Região e no Município e esta análise terá um enfoque, puramente, quantitativo.

A população economicamente ativa, será analisada a nível de Município porque a menor desagregação de dados censitários, confiáveis, que se tem é a nível de distrito.

Para chegarmos bem mais próximo do entendimento de como se comporta a PEA urbana - objetivo principal deste trabalho, poderíamos analisar os dados do distrito-sede de Linhares. Mas como a sua população rural é muito significativa, traria um grau de distorção da absorção de mão-de-obra na cidade, tal qual analisando-se a nível de Município. Assim sendo, analisar-se-á a PEA a nível de Município, e ter-se-á uma visão mais ampla da ocupação de pessoal, por pegar-se a área de influência exercida pela cidade de Linhares. Deve-se destacar, ainda, que esse tipo de análise se faz necessário, por não existirem dados estatísticos de PEA, confiáveis, elaborados para a cidade.

A distribuição da PEA, no Município, em 1977, de acordo com o quadro 11, revela os seguintes percentuais para cada área de atividade, sobre o total da mão-de-obra ocupada:

Agropecuária -	44,67%
Indústria -	9,73%
Comércio -	9,35%
Serviços -	25,08%
Administração Pública -	6,32%
Sem declaração -	4,85%

O setor primário, no Município, é o que absorve a maior parte da mão-de-obra ocupada (44,67%), sobressaindo-se ao mesmo nível do setor terciário, representado, aqui, pelas áreas de comércio, serviços e administração pública e que ocupa 45,6% da PEA. Por último fica o setor secundário, absorvendo apenas a 9,73% da mão-de-obra ocupada.

Para analisar a PEA a nível urbano adotou-se o seguinte artifício: Considerou-se, embora sabendo-se com razoável margem de erro, que a totalidade do pessoal ocupado pela agropecuária, mora no meio rural e as demais no meio urbano. Assim fazendo, o quadro da cidade e vilas (estas de pouca significância) apresenta-se da seguinte forma:

Indústria - 18%
 Comércio - 17%
 Serviços - 45%
 Administração pública - 11%
 Sem declaração - 9%

Verifica-se, com este artifício, que o setor terciário da cidade de Linhares, absorve 82% da PEA, enquanto que o setor secundário ocupa apenas 18% da mesma. Tomando-se por base esta análise, nota-se que, com esta estruturação de emprego, Linhares concentra as atividades de prestação de serviços e comércio; o que não poderia mostrar-se de maneira diferente, visto ser, esta cidade, a sede administrativa e de decisões do Município, bem como, o pólo de atração da região a que pertence, e mesmo de municípios do sul da Bahia.

Esta distribuição da PEA urbana, é de certa forma confirmada pelo trabalho *Estudos Sócio-econômicos de Linhares*, volume 1 do Plano de Desenvolvimento de Linhares, elaborado pela Habtécnica Engenharia e Comércio Ltda, ano 1979.

Segundo consta no volume 1, daquele trabalho, foi realizado uma pesquisa direta com amostra de cerca de quase 20% da população da cidade, ou seja

12.491 pessoas, dando o seguinte resultado para a PEA da cidade de Linhares, no ano da pesquisa (obs. no trabalho não é citado o ano da pesquisa):

SETOR	% DA PEA DA CIDADE
Primário	5,43
Secundário: Extrativo	1,38
Não extrativo	7,32
Terciário: Comércio	15,05
Serviços	42,63
Setor Público	9,22
Atividades Domésticas	18,97
TOTAL	100,00

Observa-se assim um total de 64% para o setor terciário e quase 10% para o setor secundário. Se excluirmos do rol de atividades, aquelas consideradas domésticas, o setor terciário eleva sua participação para cerca de 83%, o secundário para 11% e o primário 6%.

Segundo o mesmo trabalho - o PDL -, o número de chefes de família desempregado é de 8,8% e se incluirmos entre eles os biscateiros, a faixa sobre para 20,93%.

Outro dado interessante constatado, no volume 1 do PDL, é a rotatividade da mão-de-obra, que assim se esboça:

- a) 37,09% - troca de emprego a cada ano
- b) 7,44% - troca de emprego a cada 2 anos
- c) 15,17% - troca de emprego com 3 a 5 anos

- d) 40,3% - ultrapassam a faixa de 5 anos
- e) 26,85% chegam a 10 anos no mesmo emprego

Segundo o mesmo trabalho, a estrutura da relação empregatícia, assim se apresenta na cidade:

. Proprietários	- 22,45%
. Empregados	- 43,87%
. Subempregados	- <u>33,68%</u>
TOTAL	100,00%

No quadro 13, está evidenciada a distribuição da PEA por setores de trabalho a nível de Município. Esse quadro também indica a população fora do mercado de trabalho que alcança, na faixa etária de 10 a 70 e mais anos, o número de 36.147 pessoas, quase se justapondo com o total da mão-de-obra ocupada na mesma faixa etária, que soma 34.811 pessoas.

De acordo com os setores de trabalho, a população economicamente ativa, a nível de Município, assim se distribui:

- . Empregados - 52,51%
- . Setor formal - 30,01%
- . Setor informal - 17,48%

Verifica-se também, pela análise do quadro 13, que o maior número de pessoas fora do mercado de trabalho está na faixa etária de 10 a 39 anos, o que revela a necessidade do poder público preocupar-se em dirigir investimentos, para o Município de Linhares, que venham a aumentar o mercado de trabalho, gerando empregos, e evitando, assim, a migração desta população para a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, ou para outros centros urbanos do país.

ES 358 - Rodovia estadual em leito natural, conhecida como antiga Linhas-São Mateus. Seu traçado começa na BR 101, pouco acima de Canivete, segue margeando a lagoa Juparanã e contornando pelo Oeste a Reserva Florestal de Sooretama. Esta rodovia atende a região cafeeira e madeireira do Noroeste do Município.

São Rafael/ES 248 - Rodovia municipal, em leito de terra precário, que dá acesso a São Rafael, zona cafeeira no Oeste do Município.

Barro Novo/ES 248 - Rodovia municipal, em leito precário, que dá acesso a região do Suruaca, na Zona das Várzeas Litorâneas, onde a pecuária é dominante, embora aí também apareçam o arroz e o cacau. A produção de petróleo, apresenta aí uma boa expectativa de crescimento.

2.4.2. SISTEMA RODOVIÁRIO PLANEJADO

BR 342 - Rodovia federal, que ligará a cidade, através da conexão com a BR 101, à BR 116 (antiga Rio/Bahia) na localidade de Teófilo Otoni, Minas Gerais. No Espírito Santo passará por Nova Venêcia e Ecoporanga. Esta estrada, se concretizada, levará a que todo o Noroeste do Estado passe a ser polarizado por Linhares.

ES 336 - Rodovia estadual, que ligará a localidade de Comendador Rafael (Lagoa), ao longo da ES 358, à Colatina, passando por Rio Bananal, São Rafael (Distrito do Município de Linhares) e Marilândia, concretizando assim a ligação entre estes municípios cafeeiros.

ES 10 - Rodovia turística estadual, litorânea nas proximidades da qual já apresenta-se implantada, que parte de Vitória e atinge o extremo Norte do litoral capixaba. O trecho compreendido no Município de Linhares, dificilmente será concretizado a curto ou médio prazo, pois a atividade de turismo/veraneio praticamente não existe aí, estando o litoral praticamente desocupado.

2.4.3. OUTROS MEIOS DE TRANSPORTES

O Município não é, e nunca foi, servido por ferrovias, embora tenha sido cogitado, segundo a imprensa, a abertura de um ramal ferroviário pela CVRD para atender à região produtora de madeira, obtida das extensas florestas artificiais existentes nos municípios de Aracruz, Linhares, São Mateus, Conceição da Barra e Pinheiros.

Quanto ao transporte aéreo, somente existe um pequeno aeroporto com pista de terra, localizado próximo à cidade, atendendo aos aviões executivos, inexistindo linhas aéreas regulares.

No que se refere ao transporte por via aquática, o Município carece de local apropriado para a implantação de porto ao longo de todo o litoral, e o transporte fluvial só existiu regularmente até o início do século. Existe alguns estudos, a nível de proposições, para canalizar o rio Doce possibilitando assim o transporte de minério de ferro produzido no alto rio Doce.

3. POSIÇÃO DA CIDADE NO CONTEXTO REGIONAL E ESTADUAL

A cidade de Linhares é a sede da Região IV, dentro do quadro da regionalização, para fins de ação programática do Governo Estadual.

A Região IV, é a mais extensa, ocupando quase que 23% da superfície estadual, sendo constituída por quatro municípios litorâneos: Linhares, Aracruz, São Mateus, Conceição da Barra e um interiorano: Rio Bananal, recentemente desmembrado de Linhares.

Estes municípios acham-se corretamente polarizados por Linhares, embora a parte sul do Município de Aracruz, inclusive sua sede, esteja mais diretamente vinculado à Vitória. Além desses municípios, outros do norte do Estado, principalmente Montanha, Pinheiros, Boa Esperança e Mucurici, apresentam uma forte tendência de serem polarizados por Linhares.

Embora não se disponha de estudos concretos, alguns municípios do extremo sul da Bahia, apresentam vínculos significativos de dependência a Linhares, fenômeno este, ocorrido após a implantação da rodovia BR 101, na primeira metade da década de 70.

A região polarizada pela cidade, foi a única do Estado que, apresentou crescimento tanto de sua população urbana, quanto rural, isto é, não se verificou aí acentuadamente o fenômeno de emigração, que caracterizou as outras regiões do Estado nas décadas anteriores.

Quanto à economia da Região de Linhares, pode-se dizer que ela é basicamente estruturada sobre a agropecuária. Em 1975, segundo o Censo Agropecuário, os produtos de origem vegetal eram responsáveis por 60% da receita total do setor agropecuário da Região, caracterizando assim que a atividade agrícola é mais importante que a pecuária.

Deve-se ressaltar que, a atividade pesqueira regional, apesar de seu pequeno porte, apresenta-se em segundo lugar no contexto estadual, e está concentrada basicamente em São Mateus e Conceição da Barra.

No sub-setor agrícola regional as culturas permanentes do cacau, da pimenta-do-reino e do café são, por ordem decrescente, as culturas mais expressivas em termos monetários. O cacau e o café concentram-se na quase sua totalidade no Município de Linhares e a pimenta-do-reino no de São Mateus, embora apareça também no primeiro. Entre as culturas temporárias, a mandioca é a mais significativa, produzindo também, a região, milho, feijão e arroz.

No sub-setor pecuário, a bovinocultura é dominante, representando 90% do mesmo.

Já o setor secundário da Região apresentava em 1970, a menor concentração de unidades industriais dentre as regiões do Estado, porém, apresentava elevada relação pessoal ocupado por estabelecimento. Neste último aspecto destaca-se, em primeiro plano, a indústria madeireira com uma relação média de 12 pessoas por estabelecimento, o que é elevado em termos estaduais.

Quanto ao setor terciário, a Região apresenta a menor concentração de estabelecimentos comerciais, o que é explicado em parte, ou pela menor densidade demográfica, ou pelo porte maior dos estabelecimentos. Ocupa, porém, o terceiro lugar entre as regiões do Estado na relação receita/pessoal ocupado, sobrepunhando assim, as regiões de Colatina e Nova Venécia, mostrando com isso que o setor é relativamente dinâmico e de certo modo moderno.

O setor de serviços apresenta uma posição bastante semelhante ao setor comércio.

Dentro do quadro regional, o Município de Linhares mantém liderança em quase todos os aspectos, destacando-se como altamente dinâmico e concentrado o seu setor de comércio e serviços. O comércio da cidade de Linhares, comparativamente à Colatina, outro núcleo de porte médio do Norte

do Estado, é bem mais sofisticado, apresentando algumas grandes unidades, tipo lojas de departamentos, vendendo desde miudezas a material de construção e maquinaria pesada. As lojas de maquinarias e outros implementos agrícolas de Linhares abastecem não só o Norte do Estado, como quase todo o extremo sul da Bahia.

Já no que diz respeito à estrutura urbana, a Região apresenta 10 núcleos com mais de dois mil habitantes: as cidades de Linhares, São Mateus, Aracruz, Conceição da Barra e Rio Bananal; as vilas de Jaguaré e Guaraná; e os povoados de Bebedouro, Córrego D'Água e Pedro Canário.

Ao contrário das regiões de Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, onde a primazia dos pólos é bastante acentuada, a Região de Linhares apresenta uma hierarquia de cidade relativamente mais equilibrada. Nas duas primeiras, a relação entre a população da cidade-pólo e a de porte imediatamente inferior, é, em termos populacionais, respectivamente, de 6 e 4. Cachoeiro de Itapemirim e Colatina, segundo estimativa da Fundação Jones dos Santos Neves, contava em dezembro de 1979, com 85.000 e 65.000 habitantes, respectivamente, e as cidades que são de nível imediatamente a estas contava com menos de 15.000 habitantes.

Na Região de Linhares, a relação é menor, sendo que o índice de primazia é de cerca de 2,5 vezes. A cidade de Linhares e São Mateus, mesma estimativa, atingiram às população, respectivamente, de 63.000 e 25.000 habitantes. Para os demais núcleos da região, o quadro populacional assim se apresenta: Conceição da Barra (5.000 hab. em 1977), Aracruz (8.000 hab. em 1977), Córrego D'Água (5.400 hab. em 1979), Jaguaré (3.000 hab. em 1978), Bebedouro (8.500 hab. em 1979), Pedro Canário (3.500 hab. em 1979), Rio Bananal (2.200 hab. em 1977) e Guaraná (1.600 hab. em 1977), Riacho (1.200 hab. em 1977).

Das cidades de porte médio do Estado, Linhares foi que apresentou maior crescimento no período 1970/1980 como pode ser constatado no quadro 15.

QUADRO 15

POPULAÇÃO E TAXA DE CRESCIMENTO DAS CIDADES DE PORTE MÉDIO DO ESPÍRITO SANTO - 1970/1980

CIDADE	POPULAÇÃO/70	POPULAÇÃO/80*	TAXA CRESCIMENTO
Grande Vitória	385.000	720.000	6,4%
Cachoeiro	60.000	85.000	3,5%
Colatina	47.000	65.000	3,6%
Linhares	25.000	63.000	9,7%

*Estimativa da Fundação Jones dos Santos Neves, baseada na contagem preliminar das residências, efetuada na preparação do Censo de 1980.

Se as taxas de crescimento da população de Linhares continuar com a mesma tendência verificada nas últimas três décadas, a cidade será asseguradamente, no encerrar da década de 1980, o maior núcleo urbano do interior do Estado. As perspectivas econômicas do Município e da Região, são nitidamente favoráveis para que tal aconteça.

Além de sua localização privilegiada, por ser cortado pela BR 101, o Município apresenta boas perspectivas para o desenvolvimento de sua agricultura, em bases modernas, pois suas extensas terras apresentam aspectos topográficos que facilitam a mecanização de suas lavouras. Em decorrên

cia disto, está sendo implantado no Município, uma destilaria de álcool, com capacidade para cerca de 120 mil litros/dia, o que irá dinamizar a lavoura canavieira no Município.

Devido as extensas florestas artificiais do Município e da Região, e a abundância d'água oferecida pelo rio Doce e pelas inúmeras lagoas, Linhares apresenta como forte concorrente para a localização de uma fábrica de celulose, que está sendo cogitada para ser instalada por empresa subsidiária da CVRD. Suas florestas artificiais poderão também possibilitar uma dinamização da indústria do gênero madeira, desde que haja uma mudança de tecnologia, introduzindo-se os aglomerados de madeiras e outros derivados. A produção de carvão vegetal, que teve um certo peso da economia do Município, que é o maior produtor do Estado, poderá ser redinamizada com a utilização de florestas artificiais, principalmente com a crise energética mundial.

Indústrias de beneficiamento e transformação do cacau poderão também instalar-se no Município, que em 1975, tinha nesta lavoura a maior parte do valor da sua produção agrícola.

A privilegiada localização da cidade é um fator que tem reforçado a cada dia, a dinamização do seu setor terciário, seja o comércio ou atividades de serviços.

4. ESTRUTURA FÍSICO-ECOLÓGICA DO SÍTIO DA CIDADE

Neste item, será analisada a estrutura físico-ecológica, não só do sítio ocupado atualmente pela cidade, mas de todo o perímetro urbano legal, conforme definido na Lei Municipal nº 865 de 08/05/1980. Em outro item será questionada a validade ou não, sob diversos ângulos, de uma zona urbana de tal extensão, com uma área total que equivale a mais de 4 vezes a atual mancha urbana (veja planta nº 3).

A zona urbana legal estende-se ao longo da BR 101, por uma faixa com largura média de 4km, desde a margem esquerda do rio Doce, até um ponto distante 16 km ao Norte.

A sua estrutura geológica é quase que toda de formação terciária, existindo somente algumas pequenas áreas onde aparecem elementos do período quaternário, isto é, de idade mais recente. Portanto, o sítio da zona urbana é constituído por *tabuleiros* ou *série barreiras* que se apresentam bastantes planos e relativamente muito pouco dissecados.

O sítio do perímetro urbano será analisado em dois segmentos distintos : o da concentração urbana principal (zona urbana), e o das pequenas ocupações e loteamentos isolados, juntamente com as áreas não comprometidas com a ocupação urbana (zona de expansão urbana). Adotou-se assim o conceito de zona urbana para as áreas efetivamente ocupadas ou vazios intersticiais em processo de ocupação e de zona de expansão urbana para o restante da área incluída no perímetro urbano, incluindo loteamentos isolados e não ocupados e bairros distantes da aglomeração principal (Canivete e Betânia).

O sítio da zona urbana está compreendido entre a margem esquerda do rio Doce, o rio Pequeno (canal da Lagoa Juparanã) e as lagoas do Aviso, do Meio (braço leste), estendendo-se por 4,0km do rio Pequeno para leste e por 4,0km na do rio Doce para o norte.

A topografia é caracterizada pela *planura*, sendo contínua e somente interrompida pelas lagoas que intermeiam a malha urbana, variando a altitude de 22m a 31m.

Existe um desnível médio de quase 8m entre a borda do platô, sobre o qual se estende a cidade, e o leito dos rios Pequeno e Doce. Mesmo nas grandes enchentes as águas destes rios não chegam a atingir a malha urbana, exceto numa rua situada no pé da encosta do platô à margem do rio Pequeno.

É interessante observar que o canal *rio Pequeno* no período de seca, funciona como sangradouro natural da lagoa Juparanã, e nas cheias seu fluxo é revertido, lançando as águas do rio Doce na lagoa. O rio Pequeno é o manancial que abastece a cidade, sendo suas águas bastante límpidas - após serem decantada na extensa lagoa de Juparanã -, exceto no período de chuvas quando o fluxo é invertido e as barrentas águas do rio Doce sobem em direção a lagoa.

A leste da BR 101, área da cidade de ocupação mais recente, existem 2 grandes lagoas, a do Aviso e a do Meio, as quais comunicam-se entre si através de um canal natural. Estas lagoas apesar de terem ponto a menos de 500m da margem direita do rio Doce, tem suas águas drenadas lentamente em direção Nordeste, indo desaguar no Atlântico a mais de 50km, após atravessarem inúmeros brejos e alagados. Há poucos anos, o Departamento Nacional de Obras de Saneamento realizou obras de drenagem nas várzeas úmidas do Município, através dos quais tornou-se possível que parte das águas desses alagados e por sua vez das lagoas, fossem direcionadas por um canal até as proximidades da foz do rio Doce, percorrendo mais de 50km desde a saída da lagoa do Aviso (veja planta nº 2 - Mapa do Município).

Devido ao escoamento lento de suas águas, estas lagoas, nos períodos chuvosos, transbordam inúmeras casas orinundas de ocupação ilegal de faixas

non aedificandi e de vias projetadas no entorno das lagoas.

O problema revela-se mais sério na lagoa do Aviso, a qual teve também os pequenos brejos e alagadiços de seus remanos aterrados com *põ de serra*, estes oriundos das inúmeras serrarias existentes na cidade. Estes aterros possibilitariam a instalação de favelas, sendo a mais conhecida a *favela do põ do Shell*, situada no extremo norte da lagoa. A capacidade de acumulação de águas pluviais da Lagoa do Aviso, foi também diminuído devido ao aterro realizado pela Prefeitura, para possibilitar a construção de uma ponte ligando o Centro ao bairro Interlagos, além dos aterros de *põ de serra*.

Quanto a situação sanitária, pode-se dizer que as lagoas estão bastantes contaminadas pelos esgotos domésticos lançados *in natura* pelas casas ribeirinhas e por alguns despejos de indústrias, além dos provenientes de abatedouros de aves e suínos existentes nos seus entornos.

A atual administração municipal, mesmo não dispondo de estudos sobre as consequências que possam advir, pretende abrir um canal interligando a lagoa do Aviso ao Rio Doce, dotando-o de um sistema de comportos, evitando assim, resolver o problema sanitário e a acumulação de águas pluviais.

A única área sujeita a inundações por transbordamento do rio Doce está situada na imensa *várzea* a oeste do canal rio Pequeno, onde localiza-se o bairro Olaria, já fora do perímetro urbano legal. Esta várzea é de formação quaternária, originada provavelmente pelo assoreamento, no decorrer de milênios, do vale dissecado, pelo rio São José, nos tabuleiros terciários. Provavelmente o assoreamento deste vale, provocando o barramento do rio São José, deu origem a lagoa Juparanã, que, como já dito anteriormente, tem mais de 30Km de extensão. Nesta várzea localizava-se em 1979, segundo o IBGE, cerca de 83 unidades residenciais semi-aglomeradas dando origem ao bairro conhecido, por rio Pequeno ou Olaria.

Uma outra área próxima à cidade, já situada na outra margem do rio Doce, também está sujeita a inundações periódicas. Os terrenos são também recentes, isto é, quaternários e aí não existe nenhuma ocupação com características urbanas, constituindo-se numa Fazenda experimental da EMCAPA - Empresa Capixaba de Pesquisa Agropecuária.

O sítio ocupado pela aglomeração principal, pode esquematicamente ser dividido em três *penínsulas* constituídas por platôs da formação *barreiras* ou tabuleiros: uma primeira, formada pelos rios Doce e Pequeno de um lado e a lagoa do Aviso do outro. Nela se localiza a área mais densa da cidade, sendo cortada ao meio pela BR 101; uma segunda, a *península* de Interlagos, formada entre lagoas do Aviso e do Meio (braço oeste) e o canal que as interligam. Nesta *península* verifica-se um processo adiantado de ocupação urbana, tendendo a adensar-se; uma terceira a *península* do Meio, formada entre os dois braços da lagoa do Meio. Esta *península* está quase que totalmente loteada, sendo que na sua porção mais *continental* está sendo construído o conjunto Jardim Laguna com cerca de 320 residências.

Quanto à vegetação original que cobria a atual área do perímetro urbano, a mesma acha-se presente numa pequena faixa da *península* Floresta do Lago, a qual está prevista para ser preservada no projeto do loteamento Parque Residencial Floresta do Lago. Entre as lagoas da Testa e do Meio (braço leste) existe, também, uma relativa grande área com cobertura florestal natural, que deveria ser preservada da devastação.

Na, aqui denominada, *zona de expansão urbana*, extensa área incluindo no perímetro urbano que corresponde a mais de 4 vezes, a atual zona urbana, a topografia é caracterizada pela *planura* com as cotas situadas entre as casas dos 20 e 50 metros.

A contrário da denominada *zona urbana*, o relevo é contínuo não havendo interrupção por lagoas ou vales profundos.

Aí, as águas, na quase sua totalidade, são drenadas para as lagoas situadas a leste do perímetro urbano. Dessas lagoas, as águas dirigem-se para no roeste através de brejos, destes para o rio Barra Seca, através do rio Itibira ou para o Rio Doce, através de um canal aberto pelo DNOS. (veja planta nº 2 - Mapa do Município).

Somente uma estreita faixa, a oeste da antiga rodovia Linhares/São Mateus, tem suas águas drenadas para a lagoa de Juparanã.

Na *zona de expansão urbana*, localizam-se os bairros: Canivete, o mais distante, Betânia e São José, este mais próximo da aglomeração principal. Os dois primeiros são atravessados pela BR 101 e o último fica a leste desta rodovia, entre as lagoas do Meio (braço esquerdo) e da Testa.

A cobertura vegetal desta zona, é quase que toda constituída por gramíneas exógenas, existindo somente formação florestal natural em alguns trechos às margens da lagoa de Juparanã. A leste dos loteamentos Planalto e Mobraza e ao norte da lagoa da Testa, aparece uma floresta artificial constituída por eucalíptos.

Convém frisar que tanto a *zona urbana*, quanto a de *expansão urbana*, são possuidoras de inúmeros mananciais de água, inexistindo, portanto, grandes problemas no futuro, quanto à captação de água.

Já quanto o esgotamento sanitário, a grande extensão da malha urbana, revela problema que já começa a aparecer na cidade. Atualmente, os resíduos sanitários são lançados *in natura* no rio Doce, que devido ao seu enorme caudal, depura naturalmente aos efluentes.

Já os bairros isolados, localizados ao norte da aglomeração principal, e outros que venham surgir na *zona de expansão urbana*, terão como destino final de seus esgotos as inúmeras lagoas da região, inclusive a Juparanã. Para evitar a poluição das águas dessas lagoas, os futuros bairros deve
rão contar com sistemas de tratamentos de esgoto, como já ocorre com o Conjunto Residencial INOCOOP-ES, constituído ao norte da aglomeração prin
cipal e a leste da BR 101.

5.

A REALIDADE URBANÍSTICA DA CIDADE

5.1.

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de abastecimento de água da cidade é feito pelo SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, autarquia municipal administrado e supervisionado pela Fundação SESP, do Ministério da Saúde.

Linhares possui vários mananciais em seu sítio, o que garante uma grande disponibilidade de água, sendo, atualmente, utilizado para a captação, o rio Pequeno. A captação é feita em dois pontos do rio, situados, contíguos à malha urbana, próximos ao centro da cidade. Há estudos para aproveitamento no futuro da lagoa Juparanã como manancial alternativo, que seria ligado à estação de tratamento de Linhares. Conforme os mesmos estudos, o rio Doce poderia ser utilizado também como manancial. Além do rio Doce, há outros mananciais, constituídos pelas inúmeras lagoas, com possibilidades de virem a ser utilizados para o abastecimento de água da cidade.

Segundo informações colhidas junto ao SAAE em setembro de 1980, o volume médio aduzido é de $347.826\text{m}^2/\text{mês}$, sendo aduzido da estação de tratamento diretamente para região de distribuição, sendo que os reservatórios existentes, servem apenas para o balanceamento de pressão, encontrando-se todos a jusante da E.T.A. Atualmente, a capacidade de reservação é de 1.625m^3 .

O sistema de tratamento de água é bastante sofisticado, usando-se a técnica de clarificadores invertidos - os primeiros utilizados no Brasil. Em outras cidades, o sistema mais comum, é de clarificadores rápidos, sendo o de Linhares considerado um sistema modelo para a técnica de clarificadores invertidos.

Atualmente, a rede de distribuição tem, aproximadamente, 135.953Km de extensão, atendendo a um total de 10.250 economias, assim distribuídas:

. economias residenciais -	10.250
. economias não residenciais -	673
TOTAL	10.953

O consumo médio diário em Linhares é de 150 litros/habitantes, para as ligações com hidrômetro, e 500 litros/habitantes para as ligações não medidas. Das ligações existentes, 65% possuem hidrômetro, o que pode ser considerado um alto Índice, pois poucas cidades o possuem.

O serviço de abastecimento de água de Linhares é satisfatório, pois atende cerca de 85% da população, e está em constante ampliação. Os locais não atendidos são: os bairros Betânia e Canivete, distanciados do Centro; bairro Interlagos II, que está em fase inicial de ocupação e os loteamentos Planalto e Mobraza que ainda não estão ocupados.

5.2.

SISTEMA COLETOR DE ÁGUAS PLUVIAIS
E ESGOTOS SANITÁRIOS

A rede coletora de esgotos sanitários é administrada pela Fundação SESP através do SAAE - Serviço Autônomo de Água e Esgoto, autarquia municipal e, a rede coletora de águas pluviais pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

A extensão da rede coletora de esgoto sanitário é de 65.043Km, com um total de 3.040 ligações, atendendo a quase 30% da população. Os corpos receptores são o rio Doce, na quase totalidade, e o rio Pequeno, para onde é bombeado o esgoto bruto, por meio de três bombas elevatórias: uma situada entre o bairro Colina e Conjunto Juparanã; outra entre o Bairro Shell e bairro Araçã e a terceira no centro da cidade. O esgoto lançado no rio Pequeno, segue pelo mesmo rio para o rio Doce. Como de Linhares até a foz deste rio não há nenhum núcleo urbano e, considerando a sua grande vazão, não pode ser considerado nocivo tal procedimento, pois ocorre aí a auto-depuração.

A rede de esgotos sanitários atende o Centro, os bairros Colina, Conceição, Juparanã, Conjunto do INOC00P-ES, bairro Shell e parte do bairro Araçã (ver planta nº 5). O restante da cidade, com exceção da favela do Pó e das favelas existentes ao longo da lagoa do Aviso, usa o sistema de fossas sépticas, o que não é tão problemático, pois a permeabilidade do terreno se apresenta satisfatória nesses locais.

Nos bairros Betânia e Canivete, que não são dotados de serviço de abastecimento de água, o uso de fossas é problemático, pois a população utiliza poços para seu abastecimento.

As favelas, e mesmo as residências contíguas às lagoas, lançam os seus efluentes sanitários, diretamente nas lagoas, contaminando-as com micro-organismos maléficos ao homem, além de gerar aspectos estéticos desagradáveis nestas lagoas, originalmente, de águas límpidas.

O sistema coletor de águas pluviais e esgotos sanitários é separador, ou seja, são sistemas isolados, método este considerado ideal pelos organismos de saúde pública.

A rede de drenagem de águas pluviais se estende pelas ruas pavimentadas do centro da cidade e dos conjuntos INOCOOP-ES e BNH.

As águas pluviais, não drenadas, escoam em grande parte para as lagoas, causando problemas, especialmente na do Aviso, que teve reduzida sua capacidade de acumulação, em decorrência de constantes aterros realizados nas suas margens, e por esta possuir um escoamento muito lento, que se verifica em direção aos brejos e alagados, tornando-se assim, alvo de frequentes inundações. Este problema poderá se agravar ainda mais com a pavimentação das vias, o que fatalmente aumentará a velocidade de escoamento das águas e mesmo o volume destes, em função da porção que é atualmente absorvida pelo solo. Para atenuar este problema, que tende a se agravar no futuro, existe uma alternativa de se abrir um pequeno canal com menos de 500m, ligando as lagoas do Meio e do Aviso ao rio Doce. Para tanto, deverá ser efetuado estudos hidráulicos, para não se ter novos problemas em decorrência de tal tipo de obra.

5.3. SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E O SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A energia elétrica é fornecida para todo o Município pela ESCELSA - Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, empresa de economia mista, de controle acionário federal, integrante do Sistema Eletrobrás.

A rede local está ligada ao sistema estadual da ESCELSA, que por sua vez, está interligado ao sistema de FURNAS e da CEMIG. A disponibilidade de energia em Linhares é 138 Kv, o que garante um bom suprimento de energia elétrica.

A cidade - aglomerado municipal - em abril de 1980, era atendida por 50.807m de rede primária de distribuição e 153.770m de rede secundária, contendo 10.181 ligações, distribuídas da seguinte forma:

. residencial	9.316
. industrial	203
. comércio e serviços	1.292
TOTAL	10.811

Quase toda a cidade é atendida por rede de energia elétrica, exceto Interlagos II, que está em fase inicial de ocupação, e os loteamentos Planalto e Mobraza, localizados ao norte do núcleo principal, e que ainda não estão ocupados.

A rede de iluminação pública é administrada pela ESCELSA por delegação da Prefeitura e abrange a quase totalidade de área urbana ocupada servida por energia elétrica. Somente os bairros Interlagos II, Mobraza e Planalto não dispõem do serviço de iluminação pública.

Conforme dados fornecidos pela ESCELSA, a rede de iluminação pública dispõe de 2.932 pontos de luz, sendo 1.638 pontos com lâmpadas incandescentes, 1.231 com lâmpadas a vapor de mercúrio e 63 pontos com iluminação mista. O bairro que possui melhor iluminação é o Interlagos, cuja rede foi implantada mais recentemente.

O atendimento quando aos serviços de energia elétrica e iluminação pública são satisfatórios, atendendo cerca de 80% da população. Mas, a qualidade de iluminação pública, principalmente no centro da cidade, não satisfaz, acarretando até mesmo dificuldades no trânsito de veículos, pois diminui a visibilidade em cruzamentos, visto que o traçado da cidade em xadrez já é um ponto negativo neste sentido.

5.4.

SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES

O serviço telefônico da cidade de Linhares, está a cargo da TELEST - Telecomunicações do Espírito Santo S/A, empresa subsidiária do Sistema Telebrás.

A central telefônica local está instalada em prédio com 3.033,82m² de área construída, com capacidade para abrigar 20.000 terminais telefônicos. Atualmente, estão instalados 4.080 terminais, o que atende a quase 30% da população.

O sistema telefônico implantado é automático, com acesso à rede nacional de DDD e DDI, que permite a comunicação da cidade, diretamente com qualquer local que possua o mesmo sistema. A central telefônica conta com equipamento de rádio microondas com 960 canais e equipamento multiplex com 84 canais instalados.

Na cidade existe somente um posto de serviço telefônico instalado no mesmo prédio da central telefônica, localizada na Av. João Felipe Calmon, no centro da cidade. Possui, também, 13 telefones públicos, assim distribuídos:

- . 9 telefones no centro, sendo 2 instalados no posto de serviço e, 2 no terminal rodoviário da Viação Águia Branca;
- . 1 no bairro do Aviso;
- . 1 no bairro Araçá;
- . 1 no bairro Interlagos I;
- . 1 no bairro São José.

Nos bairros Betânia e Canivete, que são bairros mais distanciados do centro, não existem telefones públicos.

5.5.

SERVIÇOS DE LIMPEZA PÚBLICA

Os serviços de limpeza pública da municipalidade, compreende, principalmente as seguintes tarefas:

- a) Coleta, transporte e disposição final do lixo doméstico;
- b) Varreção ou capina, transporte e disposição final do resíduo ou do *mato* existente nas vias e logradouros públicos;
- c) Limpeza e remoção dos reíduos em terrenos baldios.

Estes serviços sô apresentam mais dinâmicos, na área central da cidade, onde a *estética urbana* é atualmente mais *protegida*, principalmente nas vias já pavimentadas.

Em inúmeros bairros, segundo reclamações feita por moradores, estes serviços municipais não existem, ou são insatisfatórios, trazendo sérios problemas para a saúde da população.

A própria municipalidade reconhece que os serviços de limpeza pública não acompanharam o ritmo de crescimento da cidade, apresentando-se atualmente, muito aquém das necessidades locais. O órgão mantenedor, vinculado à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, está desaparelhado em equipamentos e, mesmo em pessoal, para realizar a contento todo o serviço de coleta de lixo, domiciliar, varreção e capina.

É muito comum em toda a cidade, mesmo no entorno da área central, encontrar acúmulos de lixo nas calçadas e nos terrenos baldios.

O órgão de limpeza pública dispõe de cerca de 7 dezenas de trabalhadores e 8 carros, sendo somente um compactador e 7 caçambas, e destas últimas, não mais que 3 são usadas, exclusivamente para estas atividades e mesmo assim, somente uma apresenta-se em boas condições de uso.

A limpeza pública deficiente na abrangência e métodos, mostra-se problemática também, no destino final dos resíduos (lixos) recolhidos. Atualmente, existem três locais para vazadouro do lixo, todos eles a céu aberto, não existindo cobertura por aterro. O lixo é depositado nos seguintes pontos: atrás do bairro Colina, área drenada pelo rio Pequeno, que é o manancial da cidade; às margens do rio Doce e a jusante da cidade, no bairro do Aviso; e numa vala profunda, que foi aberta para drenar uma área de empocamento de águas pluviais na *península* de Interlagos.

Outras informações que poderiam ajudar a retratar o setor de limpeza pública, não foram possíveis de ser obtidas, uma vez que na Prefeitura nada existe sistematizado a respeito, principalmente porque a atual chefia está há muito pouco tempo no cargo.

Mesmo assim, pode-se listar algumas diretrizes que a Prefeitura deveria promover, para atingir a meta de melhoria dos aspectos estéticos e sanitários da cidade:

- a) Proceder uma reorganização do setor de serviços urbanos, com uma distribuição mais racional das atividades;
- b) Aumentar o efetivo do pessoal a um nível, pelo menos, mínimo necessário,
- c) Zonear a cidade, conforme as necessidades prementes de cada bairro ou conjunto de ruas, escalonando as atividades com maior ou menor intensidade, conforme sejam maior ou menor a abrangência dos problemas. Assim procedendo, poderá ser estendido os serviços de limpeza pública a toda a população, de forma mais econômica para a Prefeitura;

- d) As zonas com menor densidade de resíduos, poderiam ser dotadas de la
tões de grande capacidade para armazenar o lixo doméstico;
- e) Promover, intensamente, junto à população através dos meios de comunii
cação, escolas, clubes e outras associações comunitárias, campanha de educação sanitária, com esclarecimentos sobre o problema do lixo, que é no mínimo comprometedor da saúde, sem levarmos em conta, os as
pectos estéticos da cidade.

5.6.

SISTEMA VIÁRIO E CIRCULAÇÃO

O sistema viário da cidade é quase na sua absoluta totalidade, constituído por vias que se cortam perpendicularmente, constituindo-se numa malha em xadrez.

Na *península* central ou na área central da cidade, as vias com direção norte/sul, são denominadas avenidas com largura em sua maioria, de 20m e as perpendiculares às avenidas são denominadas ruas com largura média de 14m. Na *península* de Interlagos, as avenidas têm a direção sudeste/noroeste e somente a via que passa pelo centro da península tem dimensão superior à 20m, e as demais avenidas e ruas possuem dimensão entre 14 e 18m. Na *península* do Meio, que é quase totalmente ocupada pelo loteamento Floresta do Lago, o esquema é bastante semelhante a de Interlagos, exceto no loteamento Jardim Laguna.

Nos loteamentos isolados, localizados ao longo da BR-101, o traçado é também em malha xadrez, só que as vias são bem mais estreitas que as existentes no aglomerado principal.

Nos bairros Canivete e Betânia, a ocupação apesar de ser espontânea, tende a aproximar-se da malha xadrez.

O traçado do aglomerado central, como já dito anteriormente, originou-se de um desenho urbano existente, reformulado em 1970. Antes da reformulação, o desenho previa uma avenida contornando a lagoa do Aviso, o que seria uma *democratização*, ou seja, uma possibilidade de acesso à lagoa por toda a população. Esta via foi invadida na margem oeste da lagoa, constituindo-se hoje na favela do Contorno do Aviso. Em função disto,

quando da reformulação do *desenho*, em 1970, e ampliação de sua área de abrangência, abandonou-se as avenidas de contorno de lagoas. No sistema viário de Interlagos, previsto na reformulação, não existem avenidas de contorno, sendo as lagoas margeadas por lotes particulares. O mesmo ocorre na península do Meio, com o loteamento Floresta do Lago, o qual ainda apresenta-se em tempo de ser reformulado, já que ainda não foi implantado e nem colocados à venda, além do fato de que o loteamento Jardim Laguna, que lhe precede fisicamente, tem abertas avenidas marginais aos dois braços da lagoa do Meio.

Quanto às características e qualidades físicas, o sistema viário, de um modo geral, apresenta-se muito mal distribuído. Somente estão pavimentadas e dotadas de galerias de águas pluviais, cerca de 30Km de um total de 280Km de vias, dentro da área ocupada. As vias dotadas destes melhoramentos estão concentradas na área central da cidade com pequenas ramificações, entre os bairros Aracá e Shell, e no bairro do Aviso. Afora estes setores, somente os Conjuntos BNH e INOCOOP-ES, ao norte da aglomeração principal, tem ruas pavimentadas. A extensa península de Interlagos e os bairros Colina, Conceição, Juparanã, Novo Horizonte, Shell, São José, Rodrigues Maciel, Canivete e Betânia não possuem vias pavimentadas. Mesmo na área central e nos bairros do Aracá e do Aviso, ainda existem inúmeras vias a serem pavimentadas.

A pavimentação das vias é feita com blocos sextavados de concreto, alguns com encaixes, outros justapostos. Somente a av. Marechal Rondon (Rodovia BR-101), recebeu pavimentação asfáltica em suas três pistas, obra esta realizada pelo DNER. Esta é formada por uma via central com mão dupla, separada das vias laterais, em toda a sua extensão, por uma tela de arame bem alta. As vias laterais, também asfaltadas, possuem mão dupla e se comunicam através de cinco rótulas existentes. Existem ainda, inúmeras passagens, em nível, para pedestres, ao longo da tela, que isola a via central.

As demais ruas e avenidas da cidade são em leito natural, e inúmeras delas ficam em situação bastante precárias durante os períodos de chuvas, por não possuírem sistema de esgotamento de águas pluviais. Duas medidas, com custo menos elevado que pavimentar estas vias, poderiam ser tomadas: primeiro, dotá-las de meio-fio, podendo então, os proprietários lindeiros revestir os passeios melhorando assim a circulação de pedestres, que poderiam alcançar os meios de transporte coletivo, sem sofrer os problemas decorrentes da existência de lamas na época de chuvas. Convém frisar, que devido as características semi-arenosas do solo, o problema de poeira não é tão agravante para os moradores e transeuntes. Outra medida seria fazer um revestimento primário, por exemplo, com *saibres*, *recifes* ou *cascalhos*, das ruas que apresentam problemas para a circulação viária, na época de chuvas, dotando-as de abaulamentos e inclinações necessárias para o escoamento das águas pluviais.

Quanto ao sistema viário principal, isto é, aquele de maior solicitação de tráfego ou de maior uso por transporte coletivo, deveriam ter prioridade para inclusão nos investimentos de pavimentação. A própria municipalidade, embora timidamente, começou a dar passos neste sentido com a pavimentação de vias que dão acesso aos bairros Colina, Conceição e Juparanã. Mas ainda assim, vê-se pela programação de obras que a política prioritária da Prefeitura é de pavimentar as vias contíguas à área central, embora o Plano de Desenvolvimento de Linhares, tenha previsto e projetado a pavimentação de vias que dão acesso a inúmeros bairros, que no conjunto formarão anéis viários internos à malha.

Como já foi dito anteriormente, as ruas e avenidas de Linhares, principalmente as segundas, são largas e em número excessivo, devido ao traçado em malha *xadrez*. Isto obriga a grandes investimentos por parte da Prefeitura em pavimentação, para atender porções diminutas da população. Até agora, a Prefeitura tem pavimentado as avenidas com caixa de 17 metros, deixando somente 1,5m de cada lado para passeios. Medida de grande repercussão, seria por exemplo, a diminuição da caixa de rolamento

para no máximo doze metros, aumentando assim, os passeios laterais e im-
plantação dos canteiros centrais, o que inclusive facilitaria a traves-
sia de pedestres. Numa outra versão, poder-se-ia manter a caixa de rola-
mento, por exemplo, com o máximo de 12 metros e implantar ciclovias late-
rais, embora a existência de excessivos cruzamentos dificulta em parte
a circulação de bicicletas.

Com a diminuição da caixa de rolamento, a Prefeitura poderia maximizar
seus recursos destinados à pavimentação, atendendo a uma parcela maior
de seus munícipes. As calçadas maiores e os canteiros centrais, além
de darem maior segurança aos pedestres, aumentariam as áreas de lazer e
possibilitariam o plantio de árvores ao longo das ruas e avenidas. A im-
plantação de ciclovias, numa cidade com topografia extremamente favorá-
vel a este meio de locomoção, como Linhares, é bastante viável, princi-
palmente numa época em que a nível internacional, agrava-se a situação
das fontes de energia automotiva.

Quanto à circulação, o principal eixo é constituído pela avenida Mare-
chal Rondon (BR-101), já descrita, que corta a cidade de norte a sul.
Por ela grande parte dos ônibus urbanos, a quase totalidade dos ônibus
intramunicipais e intermunicipais e a totalidade dos interestaduais que
partem ou passam pela cidade, além dos veículos particulares.

Como vias secundárias ou arteriais de segunda ordem, colocam-se as se-
guintes avenidas e ruas:

- a) Avenida Filogonio Peixoto (Av. do Aviso) - eixo radial sul, pavimen-
to, com duas pistas e canteiro central, que dá acesso aos bairros Ara-
çã e Aviso;
- b) Ruas Monsenhor Pedrinha e Marechal Deodoro (trecho) - eixo radial les-
te, com a primeira rua dando acesso ao bairro Araçã e as duas ao cen-
tro da *península* de Interlagos, através da conexão feita pela ponte
sobre a lagoa do Aviso. Somente a primeira rua está pavimentada;

- c) Rua Augusto Pestana - via totalmente pavimentada, passando pela área central da cidade, com direção leste-oeste, ligando assim a BR-101 (Av. Marechal Rondon), à Rodovia ES-248 e desta à ES-245;
- d) Avenidas Nogueira da Gama e Guerino Giuberti - eixo com direção norte-sul à oeste da av. Marechal Rondon (BR-101), que lhe é paralela, fazendo a ligação do centro aos bairros Colina, Conceição e Jupará. Grande parte da Nogueira da Gama está pavimentada, e o restante dela e grande parte da Guerino Giuberti serão pavimentadas com recursos do Programa de Mobilização Energética - PME/ES, no último e primeiro trimestres, respectivamente de 1980 e 1981. Estas duas vias juntamente com a rua Afonso Cláudio, poderão ser uma opção de acesso à área central para a população dos bairros situados na zona norte da cidade, à leste da BR-101;
- e) Avenidas Alegre e Presidente Nilo Peçanha, poderão constituir o eixo viário norte-sul a leste da av. Marechal Rondon, ligando assim, o eixo radial sul à zona norte da cidade, passando pelos bairros do Araçá, Shell e Novo Horizonte. Este eixo, ainda não apresenta-se consolidado, devido a uma interrupção da av. Alegre, num trecho de menos de 100m, de propriedade da Mitra Diocesana. Este eixo se concretizado, facilitará a ligação dos bairros Aviso e Araçá a zona norte da cidade, sem utilizar-se da BR-101;
- f) Avenidas Prefeito Salustiano de Souza, Cláudio Manoel da Costa, rua Pinheiro e av. Vasco Fernandes Coutinho - constituem o eixo de acesso norte à *península* de Interlagos, a partir da av. Marechal Rondon (BR-101). A av. Vasco Fernando Coutinho passa pelo eixo central da *península* em toda a sua extensão. Destas vias, somente trecho da primeira, está atualmente pavimentado;
- g) Avenida João Felipe Calmon - via pavimentada com duas pistas e canteiro central, totalmente pavimentada que estrutura o tráfego da área central da cidade.

Como vias coletoras ou de acesso, devem ser considerados prioritários num programa de investimentos:

- a) No Aviso: ruas Bahia e Sergipe;
- b) No Shell: ruas Prof. Anibal e Rufino de Carvalho;
- c) No Interlagos: avenidas Ouro Preto (parte), Cláudio Manoel da Costa (parte), av. Vasco Fernandes Coutinho (pequena parte);
- d) No Juparanã: av. Luis Cláudio Durão;
- e) No Conceição: ruas Francisco Lacerda de Aguiar e Afonso Cláudio;
- f) No Colina: rua Barra de São Francisco;
- g) No Centro: av. Rui Barbosa;
- h) Bairros isolados: acesso aos bairros São Jorge e Jardim Laguna.

5.7.

TRANSPORTE COLETIVO URBANO

O transporte coletivo da cidade é realizado pela Viação Joana D'Arc Ltda, que detém a concessão de todas as oito (8) linhas urbanas, além de duas (2) semi-urbanas e duas (2) intra-municipais.

O monopólio de linhas de transporte coletivo urbano, é uma ocorrência que se vem registrando em todas as cidades do Estado, inclusive na Grande Vitória, exceto no Município da Capital. Este monopólio, se é benefício de um lado, por tornar mais fácil o planejamento do sistema de transporte e reduz os custos de manutenção, por outro lado, possibilita a existência de empresas com fortes poderes e interesses que sobrepõem aos da comunidade, em virtude de que, exceto no caso do Município da Capital, as prefeituras do Estado, não estão aparelhadas em recursos financeiros e técnicos para administrar o sistema de transporte coletivo.

Em Linhares, os problemas decorrentes do monopólio, também ocorrem, pois apesar das concessões das linhas serem dadas pela Prefeitura, este pouco controle tem sobre as mesmas, seja na área de planejamento ou na execução dos serviços, já que, praticamente, não existe fiscalização por parte da municipalidade.

A população que utiliza o transporte coletivo, reclama constantemente dos serviços prestados, principalmente no que diz respeito ao estado de conservação dos veículos e a pouca pontualidade nos horários de partida.

Já de parte dos empresários, a reclamação mais constante é quanto ao mau estado de conservação das vias não pavimentadas, que agravam as condições de tráfego no período das chuvas. No ponto de vista dos empresários

rios, os custos sempre crescentes, em desproporção com as tarifas, em decorrência, principalmente das elevações nos preços dos combustíveis, não estimulam a inversão de capital no setor.

A empresa monopolista possui 29 veículos, sendo que 23 circulam diariamente e destes, 17 servem a linhas da área urbana, 4 (quatro) a linhas semi-urbanas (Bebedouro e Córrego D'Água), e 2 (dois) a linhas rurais. Os 6 (seis) veículos restantes são colocados de reservas ou estão em reparos.

Segundo o quadro 16, das 8 (oito) linhas intra-urbanas, as que apresentam maior volume de usuários são:

- a) Casas Populares/Centro - com 121 viagens/dia, transportando cerca de 3.600 passageiros em cada sentido. Esta linha liga o Centro ao Conjunto Habitacional BNH (Linhares I, II, III e IV), com um total de 501 unidades, além de atender aos usuários residentes ao longo da BR-101 e nos bairros Novo Horizonte e Rodrigues Maciel e parte do Conjunto INOCOOP-ES.

A linha percorre, além das vias centrais, as seguintes avenidas: Marechal Rondon (pistas laterais da BR-101), Prefeito Salustiano de Souza e Barão de Monjardim. Todas as vias percorridas por esta linha, encontram-se pavimentadas.

Esta linha é reforçada pela Centro/Lagoa do Meio, com 20 viagens/dia, que atende ao Conjunto do INOCOOP-ES (com 430 unidades) passando pela área central do Conjunto BNH (Linhares I a IV);

- b) Interlagos/Centro - com 63 viagens/dia, serve a quase toda a extensão de *península* de Interlagos, exceto o Interlagos II em fase inicial de ocupação. Esta linha transporta mais de 1.800 passageiros/dia, em cada sentido, servindo, também, ao Conjunto BNH (Linhares I a V) e aos bairros localizados ao longo da BR-101 (Novo Horizonte e Shell).

O trajeto desta linha é constituído, além das vias centrais, pelas avenidas Marechal Rondon (BR-101), Prefeito Salustiano Souza, Barão do Rio Branco, Pinheiros, Outro Preto, José da Vitória, Martim Afonso de Souza e Marechal Deodoro, com retorno pela Barão do Rio Branco, Prefeito Salustiano de Souza e etc. Somente a primeira e parte da segunda avenida estão pavimentadas.

A *península* de Interlagos é também, servida por uma outra linha de ônibus que atinge o centro da cidade através da ponte sobre a lagoa do Aviso, com 18 viagens/dia em cada sentido.

Estas duas linhas, deverão a curto prazo ter uma maior demanda em virtude do acelerado processo de ocupação de Interlagos;

- c) Aviso/Centro - linha com 54 viagens/dia, transportando cerca de 1.600 passageiros em cada sentido. É a única linha que serve ao bairro do Aviso e atende, também, a parte do bairro Araçá. Além das ruas centrais da cidade, o trajeto desta linha de ônibus incluía as seguintes vias: av. Filigonio Peixoto (av. do Aviso), a rua Bahia e avenida Espírito Santo e Conceição da Barra, sendo que as três últimas não são dotadas de pavimentação.

Já as demais linhas urbanas da cidade assim se apresentam:

- a) Bairro Conceição/Centro - linha que serve aos bairros Colina (alta renda), Conceição e Juparanã, apresentando atualmente, um volume de passageiros não muito grande, mas que deverá aumentar em muito com a total ocupação das unidades residenciais do Conjunto Juparanã, que possui 842 unidades construídas, inclusive lotes tipo *PROFILURB*.

Esta linha percorre, além das ruas e avenidas centrais, pelas avenidas Nogueira da Gama e Guerino Giuberti, a primeira em vias de ser totalmente pavimentada, e a segunda, somente em parte, com recursos do Programa de Mobilização Energética/1980.

- b) São José/Centro - liga este bairro, bastante isolado da malha urbana central, oriundo de um conjunto habitacional construído pela iniciativa privada, ao centro da cidade. O trecho de acesso, entre a BR-101, e o bairro, e as vias deste não são dotados de pavimentação. Esta linha não apresenta tendências de aumento de demanda a curto prazo;
- c) Canivete/Centro - linha que serve aos bairros de Canivete e Betânia, situados distantes da Aglomeração Central, ao longo da BR-101-Norte. Esta linha, que já apresenta 32 viagens/dia em cada sentido, tende a sofrer maiores solicitações de uso em virtude das indústrias localizadas ou a serem localizadas ao longo da BR-101 e dos loteamentos que ali estão sendo implantados.

Além das linhas urbanas, existem duas linhas intra-municipais, mas que em virtude de sua, relativamente, alta frequência podem ser considerados como urbanas.

Uma delas, liga a Cidade a Córrego D'Água, povoado ao longo da BR-101-Norte, distante do centro cerca de 23 quilômetros, com partida de ônibus de 1 em 1 hora, transportando mais de 900 passageiros/dia em cada sentido. Esta linha atende também, a Canivete e Betânia.

A outra, liga o Centro a Bebedouro, povoado ao longo da BR-101-Sul, distante cerca de 10Km da área central da cidade. Esta linha transporta quase que 1.000 passageiros/dia em cada sentido e, apesar de estar na mesma distância de Canivete, ela não apresenta as mesmas tendências de aumento de demanda que serve aquele bairro, pois a cidade provavelmente não crescerá em direção ao sul, devido a problemas geológicos de inundações, como já foi dito em itens anteriores.

QUADRO 16

TRANSPORTE COLETIVO URBANO/1980 - CIDADE DE LINHARES

LINHAS		FREQUÊNCIA (min.)	Nº VETCULOS	TEMPO VIAGEM (min.)	EXTEN. TRECHO (Km)	TOTAL VIAGENS (UM SENTIDO)
URBANAS	Casas Populares/Centro	08	04	16	06	121
	Interlagos/Centro	15	04	30	10	63
	Aviso/Centro	20	02	20	06	54
	Lagoa do Meio/Centro	40	01	20	07	20
	Bairro Shell/Centro	60	01	30	09	17
	Bairro Conceição/Centro	40	01	20	06	21
	São José/Centro	20	02	20	09	33
	Canivete/Centro	30	02	30	13	32
	Centro/Interlagos via Araçá	60	01	30	09	18
SEMI- -URBANAS	Bebedouro/Centro	40	02	40	10	23
	Córrego D'Água/Centro	60	02	60	23	16

Fonte: Viação Joana D'Arc Ltda.

5.8.

EQUIPAMENTOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO

A cidade apresenta um quadro, no que diz respeito à educação e saúde, que deve preocupar em muitos os administradores públicos estaduais e municipais. Em virtude das elevadas taxas de crescimento e dos grandes incrementos no número de sua população, e do não crescimento em números proporcionais dos investimentos em equipamentos de educação e saúde, estas duas áreas apresentam-se com grandes déficits.

Na área de educação (quadros 17 e 17a), a situação é séria no que diz respeito ao 1º Grau. Atualmente, as escolas que compõem o sistema de 1º Grau estão com suas capacidades esgotadas, não suportando qualquer aumento de matrículas que possa ocorrer a partir de 1981. Pela análise dos dados relativos à demanda, verifica-se já em 1980, que 31% da população, em idade de frequentar o 1º Grau, estão fora das escolas, ou por não conseguirem matrículas ou por não possuírem recursos financeiros para continuar estudando.

Para atender a toda a demanda, em potencial, para 1984, deverá, quase que, ser dobrada a capacidade de matrícula, atualmente existente.

No caso do ensino de pré-primeiro grau, a situação também é grave, pois este atende somente a 19% da demanda em potencial (70% da população existente na faixa de 4 a 6 anos) em 1980. As unidades atualmente existentes (veja quadros 17 e 17a) neste nível de ensino, estão superlotados, com 965 matrículas ocupando espaço disponível para 794 vagas.

No 2º Grau, a situação é inversa, existindo ociosidade de espaço, com a relação capacidade/demanda de 1,64 vezes. Mas ocorre aqui, um fenômeno que podem ter pelo menos três indagações:

- . a população, de um modo geral, não tem condições financeiras para acesso ao 2º Grau?
- . parte da população que tem disponibilidade de recursos, mandam seus filhos estudar na capital, onde o ensino de 2º Grau, é voltado para carreiras técnicas e possui melhor qualidade, preparando assim o acesso à universidade?
- . o ensino de 2º Grau não oferece à população local, acesso a oportunidade de melhores empregos?

Na área de saúde, a situação também não é das mais favoráveis. O quadro 18, incompleto, não nos dá condições de uma análise precisa, da abrangência dos equipamentos de saúde. Entretanto, é conhecido o *déficit* em leitos hospitalares e do número de médicos que a cidade e a região apresentam. Para amenizar o quadro desfavorável, a Fundação Hospitalar do Espírito Santo, com recursos provenientes da CEPLAC, está construindo o Hospital Regional de Linhares com 120 leitos.

QUADRO 17

CAPACIDADE INSTALADA, DEMANDA E MATRÍCULAS DA REDE ESCOLAR - CIDADE DE LINHARES

ESPECIFICAÇÃO	NÍVEL DE ENSINO								
	PRÉ 1º GRAU			1º GRAU			2º GRAU		
	PÚBLICO	PART.	TOTAL	PÚBLICO	PART.	TOTAL	PÚBLICO	PART.	TOTAL
Número matrículas/80	-	-	965	-	-	11.031	1.433	180	1.613
Capacid.das salas de aula/80	774	20	794	9.178	1.790	10.968	1.983	668	2.651
Demanda estimada/80	-	-	5.088 ¹	-	-	15.969	1.433	180	1.613 ³
Demanda estimada/84	-	-	6.111 ¹	-	-	19.069 ²	1.482	137	1.619 ³
Capacidade/demanda 1980	-	-	0,19	-	-	0,69	-	-	1,64

Fonte: FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. *Localização e Dimensionamento da Rede Escolar*. 1980 - em elaboração

DEMANDA:

¹70% da população existente na faixa 4 a 6 anos.

²População existente na faixa de 7 a 14 anos, acrescida de maiores de 14 anos frequentando o 1º Grau.

³Estimativa, segundo evolução da matrícula.

QUADRO Nº 17a
REDE ESCOLAR/1980 - CIDADE DE LINHARES

Nº REF.	DENOMINAÇÃO	DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	BAIRRO
<i>PRÉ ESCOLAR</i>			
1	J. Inf. Chapeuzinho Vermelho	Municipal	Bairro Interlagos
2	EPPG Eurico Aguiar Salles	Particular	Centro/Araçã
3	J. Inf. Santa Terezinha	Estadual	Centro
4	J. Inf. Menino Jesus	Municipal	Centro
5	J. Inf. Cirandinha	Particular	Centro
6	Pré e 1º Grau Cristo Rei	Particular	Centro
<i>1º GRAU</i>			
7	EMPG São José	Municipal	Bairro São José
8	EEPG M. Aparecida Lavagnoli	Estadual	Bairro Interlagos
9	EEPG Caboclo Bernardo(Poliv.1)	Estadual	Rodrigues Maciel
10	EEPG Jerônimo Monteiro	Estadual	Conj. BNH
11	EEPG Marechal Rondon	Estadual	Novo Horizonte
12	EEPG Polivalente III	Estadual	Bairros Araçã/Shell
13	EEPG Roberto Moreira	Estadual	Bairro Araçã
14	EMPG Marília R. Coutinho	Municipal	Bairro Interlagos
15	EMPG Lions	Municipal	Conj. BNH
16	EEPG Auto Guimarães e Souza	Estadual	Bairros Shell/Araçã
17	C.E.Int. Sagrado Coração	Particular	Bairros Shell/Araçã
18	EEPG Eurico Aguiar Salles	Particular	Centro/Araçã
19	EEPG N.S. Conceição	Estadual	Bairro do Aviso
20	EEPG Princesa Isabel	Estadual	Bairro do Aviso
21	EM Prefeito Roberto Calmon	Municipal	Bairro Araçã
22	EEPG Luiz de Camões	Estadual	Bairro Conceição
23	EEPG Castelo Branco	Estadual	Centro
24	EEPG Bartouvino Costa	Estadual	Centro
25	EM Caboclo Bernardo	Municipal	Bairro Colina
26	EPPG Cirandinha	Particular	Centro
27	EPP e SG Afrânio Peixoto	Particular	Cento
28	EPP e PG Cristo Rei	Particular	Centro
29	EM Canivete	Municipal	Betânia
30	EM Betânia	Municipal	Canivete
31	EM José C. Durão	Municipal	Betânia

continua

continuação quadro 17 a

Nº REF.	DENOMINAÇÃO	DEPENDÊNCIA	
		ADMINISTRATIVA	BAIRRO
32	EM Aeroporto	Municipal	Aeroporto
33	EM Talma Pestana	Municipal	Mobrasa
34	ES Palmital	Estadual	Palmital
35	EM Limal	Municipal	Planalto
	<i>2ª GRAU</i>		
36	EE SG Emir Macedo Gomes	Estadual	Bairros Shell/Araçã
37	Centro Ensino Instituto Sagrado Coração	Particular	Bairros Shell/Araçã
38	EEP e SG Afrânio Peixoto	Estadual	Centro

Fonte: FUNDAÇÃO JONES DOS SANTOS NEVES. Localização e Dimensionamento da Rede Escolar - 1980 - em elaboração

QUADRO 18

UNIDADES DE SAÚDE - CIDADE DE LINHARES

UNIDADE	Nº DE LEITOS	Nº DE MÉDICOS	ESPECIALIDADES	ESFERA ADMINISTRATIVA	ENTIDADE MANTENEDORA
Centro de Atendimento Pediátrico de Linhares	34	02	Pediatria	Pública	Fundação Hospitalar do Espírito Santo
Centro de Atendimento Psiquiátrico de Linhares	30	04	Psiquiatria	Pública	Fundação Hospitalar do Espírito Santo
Hospital Regional de Linhares (em construção)	120	-	Hospital Geral	Pública	Fundação Hospitalar do Espírito Santo
Casa de Saúde Nossa Senhora da Conceição	(-)	(-)	(-)	Privada	Particular
Casa de Saúde e Maternidade Santa Inês	(-)	33	Hospital Geral	Privada	Particular
Clínica Dr. Jair Fregona	11	(-)	Geral e Pediatría	Privada	Particular
Pronto Socorro Infantil Menino Jesus	17	(-)	Geral e Pediatría	Privada	Particular
Hospital Municipal	87	(-)	Hospital Geral	Privada	Fundação Beneficente Rio Doce
Centro de Saúde de Linhares		1 farm. 8 méd. 4 dent.	Clínica Geral	Pública	Secretaria de Estado da Saúde

(-) Dado não fornecido.

Fonte: Fundação Hospitalar do Espírito Santo
Catálogo Telefônico - 1980

5.9.

EQUIPAMENTOS URBANOS DIVERSOS

5.9.1. MERCADO MUNICIPAL

A cidade dispõe de um mercado municipal na zona central, de construção relativamente recente, com modernas instalações.

Nele, as condições de atendimento ao público são satisfatórias, no que se refere a espaço, às condições de higiene e à conservação dos alimentos.

O mercado comercializa basicamente produtos horti-fruti-grangeiros e carnes. A comercialização de peixes é realizada pelo box da Colônia de Pesca Z-6, que ali mantém a sua sede.

A localização do mercado, gera um deslocamento da população dos bairros ao Centro para sua utilização, e isso poderia ser evitado implantando-se o sistema de feiras livres nos diversos bairros. Esse processo, já foi iniciado com uma feira livre que está funcionando uma vez que semana no Conjunto BNH.

A médio prazo poderá a Prefeitura instalar um outro mercado na *península* de Interlagos, onde existe uma área reservada para tal fim, numa quadra situada entre as avenidas Cláudio Manoel da Costa, Quintino Bocaiúva, Duque de Caxias e dos Bandeirantes.

5.9.2. MATADOURO

Não existe matadouro em Linhares, nem público e nem particular. O gado é abatido nas próprias fazendas ou por intermediários, em condições precárias de higiene e sem nenhuma fiscalização das condições de saúde dos animais abatidos. Segundo consta dos mapas e plantas existentes na Prefeitura, a municipalidade dispõe de uma área próxima ao rio Doce, no bairro do Aviso, destinado à implantação desse equipamento. Ele é necessário para resguardar os consumidores, de alimentos com qualidade insatisfatória.

5.9.3. CEMITÉRIOS

Existem dois cemitérios na cidade, um localizado no centro, nas margens do rio Doce e um outro, mais recente, no bairro Interlagos I, nas margens do braço oeste da lagoa do Meio. O primeiro, mais antigo, está com sua capacidade saturada e não está mais sendo usada, e o segundo, inaugurado há cerca de sete anos, encontra-se em condições de atender às necessidades da cidade. Necessidade somente de serem melhoradas vias que lhes dão acesso, dotando-as de pavimentação.

5.9.4. RODOVIÁRIA

Linhares, com seus prováveis 63.000 habitantes em 1980, gera uma demanda por transporte coletivo interurbano e intramunicipal, bastante significativa. Com cerca de 107 chegadas e 107 partidas de ônibus acontecem por dia (veja quadro 19).

Estes ônibus pertencem a sete empresas diferentes, embora a maior concentração de linhas, esteja somente com duas empresas: Joana D'Arc, no caso dos ônibus intramunicipais, e com Águia Branca, no caso dos ônibus regionais, atendendo ao norte do Estado e ao sul da Bahia.

Os pontos de embarque e desembarque estão localizados, em diversos pontos do centro da cidade. Somente a Viação Águia Branca, que controla a maior parte do volume de passageiros intermunicipais e interestaduais, possui instalações apropriadas para funcionar como terminal de transporte coletivo. As demais empresas possuem, somente, pontos de vendas de passagens, sem instalações para os usuários, que embarcam e desembarcam na rua, ao relento.

Embora não se disponha de estudos concretos, verifica-se que uma boa localização para uma estação rodoviária seria nas três quadras vagas, existentes nas imediações da atual sede do executivo, entre: a BR-101, as ruas Rufino Carvalho, Augusto Pestana e av. Augusto Calmon. Na área disponível - atualmente de propriedade particular - poderia, além da rodoviária, ser instalado, também, o terminal de transporte coletivo urbano.

5.9.5. INSTALAÇÕES DA PREFEITURA, DA CÂMARA MUNICIPAL E DO *FORUM*

Até bem pouco tempo, o executivo estava instalado num pequeno prédio, próprio municipal, situado na Praça 22 de Agosto. Este prédio não mais apresenta condições quanto a espaço e conservação, para abrigar os diversos órgãos da Prefeitura. A atual administração alugou um prédio, localizado na esquina da rua Augusto Pestana com av. Augusto Calmon, que apesar de oferecer melhores condições de funcionamento, não atende ainda às necessidades da prefeitura. Este prédio, antes então, constituído por unidades residenciais (apartamentos), que foram adaptados para as diversas unidades da prefeitura, sem no entanto, servir a contento.

Além disto, o problema de instalações se agrava, com o fato de existir inúmeras repartições da prefeitura, instaladas em outros prédios distantes da administração central.

A Câmara Municipal, também não dispõe de instalações adequadas, funcionando atualmente, num prédio alugado, que apresenta situação física pouco apropriada para o legislativo.

A atual administração, está procurando obter recursos para a construção de um novo prédio, que possa acomodar as diversas repartições e a Câmara Municipal. Já existe projeto arquitetônico elaborado, conforme consta do volume 2 do Plano de Desenvolvimento de Linhares.

O Fórum localizado na Praça 22 de Agosto, possui instalações novas e em boas condições.

5.9.6. CORPOS DE BOMBEIROS

A cidade, apesar do crescimento ocorrido, na década que findou, não dispõe de corporação do Corpo de Bombeiros e nem possui pessoal treinado para atendimento no caso de emergência. Como as edificações da cidade são em quase toda a sua totalidade de construção bem recente, torna-se menos problemática a inexistência do Corpo de Bombeiros, entretanto, a existência de inúmeras casas de madeira na periferia e nas favelas sobre o *pó de serra*, gera uma certa preocupação das autoridades locais, já que estas últimas, estão sujeitas a incêndios por combustão espontânea do *pó de serra*.

5.9.7. DELEGACIA DE POLÍCIA

Está localizada no centro da cidade, num prédio que apresenta razoáveis condições de utilização. Entretanto, as autoridades locais, principalmente no município, almejam a transferência da delegacia, para uma localização fora da área central.

QUADRO 19

LIGAÇÃO POR TRANSPORTE COLETIVO - CIDADE DE LINHARES

LINHA/DESTINO	VIAGEM/DIA	EMPRESA
<i>Intramunicipal</i>		
Semi-urbano (1)		
. Bebedouro (incluindo Rio Quartel e Rio do Norte)	23	Joana D'Arc
. Córrego D'Água	16	Joana D'Arc
Rural		
. Panorama	01	Pretti
. Regência	02	(-)
. Barro Lava	02	Unidas
. Povoação	02	(-)
. Farias	04	Joana D'Arc
. Palhal	02	Joana D'Arc
<i>Intermunicipal</i>		
. Vitória	12	Águia Branca
. Colatina (via João Neiva)	01	Pretti
. Colatina (via Humaitã)	02	Pretti
. Colatina (via Tiradentes)	04	Pretti
. São Mateus (2)	04	Águia Branca
. Aracruz	05	Águia Branca
. São Rafael (via Japira)	02	Pretti
. São Rafael (via Barranco)	01	Pretti
. Bananal	01	Pretti
. São Gabriel	01	São Gabriel
. Nova Venécia	01	São Gabriel
. Jaguaré	04	São Gabriel

Cont. Quadro 19

LINHA/DESTINO	VIAGEM/DIA	EMPRESA
. Montanha (2)	01	Águia Branca
. Pinheiros (2)	01	Águia Branca
. Nanuque (2)	01	Águia Branca
. Ecoporanga (2)	01	Águia Branca
. Conceição da Barra (2)	01	Águia Branca
<i>Interestadual</i>		
. Teixeira de Freitas (2)	01	Águia Branca
. Eunápolis (2)	02	Águia Branca
. Itabuna (2)	07	Águia Branca
. Vitória da Conquista (2)	01	Itapemirim
. Salvador (2)	01	Itapemirim
TOTAL DE PARTIDAS/DIA	107	-

(1) Linhas também consideradas urbanas.

(2) Linhas que partem de Vitória, com parada em Linhares.

OBS.: Segundo a Prefeitura Municipal, 20 outras linhas interestaduais passam pela cidade, não parando, por inexistência de rodoviária.

Fonte: Prefeitura Municipal e empresas de transporte coletivo - 1980.

6.

OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

6.1. EVOLUÇÃO DA OCUPAÇÃO E TENDÊNCIAS DE EXPANSÃO

Segundo Calmon*, a *"cidade tem os seus primórdios no ano de 1800, foi quando se criou o quartel Coutins"*.

A cidade teve início na foz do canal rio Pequeno, que liga a lagoa Juparanã ao Rio Doce, num ponto à margem esquerda deste último. O quartel deve ter sido ali estabelecido, por ser aquele ponto, a primeira elevação existente num percurso de mais de 40Km, desde a foz do rio Doce.

Em 1827, foi concedido pelo Governo da Capitania do Espírito Santo uma légua quadrada de terra para patrimônio da futura Câmara Municipal, que veio a se instalar 6 anos após.

Durante a elaboração deste documento, não encontrou-se registros cartográficos ou mesmo em texto, que descrevam as diferentes etapas de expansão da então vila. No entanto, o que se pode constatar, pela observação das ruas mais antigas da cidade, que suas primeiras ruas desenvolveram-se na borda do platô, longitudinalmente ao canal do rio Pequeno.

A partir de 1906, quando a então vila perdeu a categoria de sede do Município, segundo Calmon *"As famílias, em grande número, se mudam e as casas ruem ao abandono"*.

*CALMON, Lastenio. In *Vultos, Fatos e Lendas de Linhares*, ob. cit.

Nos primeiros quarenta anos deste século, a cidade permaneceu estaguada, registrando em 1940 somente 733 habitantes. No final daquela década, o arruamento da cidade era constituído praticamente por 3 ou 4 ruas paralelas ao rio Pequeno e algumas transversais.

A partir de 1950, com a expansão da atividade madeireira e da fronteira agrícola do Norte do Estado, a cidade expandiu-se ocupando quase toda a parte ligeiramente mais elevada, à beira da confluência do rio Pequeno e rio Doce. Neste período, ainda existiam algumas lagoas e brejos a Oeste da atual BR 101, os quais desapareceram na década seguinte.

Na década de 60, a cidade ultrapassou o atual traçado da BR 101, expandindo-se para Leste, até a lagoa do Aviso. Surgiram neste período os bairros Shell, Araçá e Aviso. Em 1970, a cidade tinha população mais de 8 vezes superior à registrada 20 anos antes, atingindo um total de 25.500 habitantes. A expansão urbana, verificada neste período, envolveu inúmeras indústrias, serrarias principalmente, que antes eram localizadas fora da área urbanizada.

Nos anos 70, verificou-se o adensamento da área central e dos bairros do Aviso, Araçá e com a construção da ponte sobre a lagoa do Aviso, em meados da década, acelerou-se a ocupação da *península* de Interlagos. Na segunda metade da década, a cidade teve sua expansão orientada para o Norte seguindo a direção da BR 101. Surgiram os bairros Conceição, a oeste da rodovia, e os Conjuntos BNH e INOCOOP-ES e os bairros Rodrigues Maciel e Novo Horizonte, a leste. Isoladamente a leste da BR 101 e próximo ao braço leste da lagoa do Meio, foi construído o conjunto que deu origem ao bairro São José. No encerrar da década, surgiu o bairro Juparanã, entre a BR 101 e o rio Pequeno, construído pela COHAB.

Já mais próximo ao centro, deu-se início à ocupação do bairro Colina, onde atualmente tende a concentrar-se a população de alta renda.

Neste período, verificou a incorporação, à cidade, de duas pequenas localidades existentes ao longo da BR 101 Norte: Betânia e Canivete.

Com o acelerado crescimento da população da cidade, que passou de 25.500 habitantes em 1970, para cerca de 63.000 em 1980, surgiram algumas favelas na área urbana. As primeiras, ao longo da projetada avenida de contorno da lagoa do Aviso, tendo sido invadida a sua faixa de domínio e as áreas *non eadificandi*, entre a avenida e a lagoa. Quase ao mesmo tempo, outros segmentos de baixa renda da população, ocuparam os remansos e baixios da lagoa do Aviso, que foram aterrados com *pós de serra*, oriundo das inúmeras serrarias existente nas proximidades.

Estas favelas passaram então a ser conhecidas em função do *pó de serra* e dos bairros que se localizam: Pó do Shell, Pó do Aviso.

Duas outras favelas, além das 3 (três) mencionadas existem na cidade: a do rio Pequeno e a dos fundos do novo cemitério, em Interlagos I.

Atualmente a cidade apresenta forte tendência de se expandir no sentido Norte, ao longo da BR 101, mais acentuadamente na região situada a Leste da rodovia, onde estão sendo implantados os loteamentos Planalto e Mo brasa.

Verifica-se também o início da ocupação da *península* da lagoa do Meio, estando ali sendo implantado o conjunto Jardim Laguna e em vias de ser implantado um loteamento de mais de 1.000.000m².

Outra tendência que está se consolidando é a de adensamento de Interlagos I e de ocupação de Interlagos II, atingindo assim a toda a *península* de Interlagos. No centro da cidade verifica-se, embora timidamente, um processo de adensamento por verticalização.

Antecipando a expansão residencial, às indústrias, procurando provavelmente fugir ao preço do solo, mais elevado na aglomeração central, tende-se a deslocar em direção a Canivete, já existindo um bom número delas entre este bairro isolado e a cidade.

6.2.

A OCUPAÇÃO E O USO DO SOLO ATUAL

A cidade, conforme pode ser constatado através das plantas que integram este volume, apresenta o seu sistema viário em linhas ortogonais, constituindo-se na popularmente conhecida *malha em xadrez*. Este traçado é muito regular, sendo somente interrompido pelas lagoas do Meio e do Aviso, e mesmo a rodovia BR 101, no trecho em que atravessa a cidade apresenta concordância com o traçado em *xadrez*. De um modo geral as vias apresentam duas orientações: Norte-Sul e Leste-Oeste, exceto nos loteamentos Interlagos, Jardim Laguna e Floresta do Lago.

Este traçado em *xadrez*, que apresenta excessivas interseções, foi consequência de um desenho proposto para a cidade, já nos anos 60 que foi atualizado e bastante ampliado em 1970.

No desenho adotado, as vias mais largas, denominadas avenidas, são paralelas entre si cortadas por vias mais estreitas, as ruas. Como não foram previstas vias arteriais, além das rodovias BR 101 (av. Rondon) e Linhas/Povoação (av. do Aviso), este traçado tende a trazer problemas para a cidade, já que as ruas (vias mais estreitas) estão no sentido centro/área de expansão principal.

Os loteamentos foram todos projetados obedecendo o traçado previsto no *desenho oficial*, exceto aqueles destinados aos conjuntos habitacionais que remanejaram o *partido urbanístico* adotado. Mas a primeira grande ruptura no *desenho da cidade* surgiu com a implantação do INOCOOP-ES, que abandonou o traçado *xadrez* para implantar vias de impasse (cul de sac). Este novo sistema de delinear o espaço, já foi repetido no conjunto Jar

dim Laguna, em implantação, embora outros loteamentos recentes (Planalto, Mobra, São José e Floresta do Lago), localizados fora da abrangência do *desenho da cidade*, apresentam o mesmo traçado em *malha xadrez*.

A ocupação apresenta-se, mais densa ou menos densa conforme o loteamento seja mais velho ou menos velho, não existindo nenhum loteamento antigo que não tenha sido ocupado ou não esteja em processo adiantado de ocupação. Portanto, não se verifica na cidade, a aprovação de projetos de loteamentos para especulação a longo prazo, sendo que todos aqueles que foram aprovados, exceto um recentíssimo, estão implantados e seus lotes postos à venda.

A ocupação das quadras apresenta-se mais densa, na área central da cidade, nos conjuntos habitacionais (São José, BNH, INOCOOP-ES e Juparanã) e nas favelas (Pó do Shell, Pó do Aviso, Contorno do Aviso e fundos do novo Cemitério). No centro da cidade, a maioria das quadras já estão quase que 100% ocupadas, e há uma forte tendência de expulsão das unidades residenciais pela atividade de comércio e serviços. Este fato pode ser constatado pela análise do quadro 20 e planta 12, onde se verifica que, no período 70/80, a população zona I (centro da cidade) sofreu um aumento de somente 13%, contra 152% verificado para a cidade. A população do centro da cidade, apresenta uma certa tendência para a estabilização, a não ser que a cidade passe a adensar-se por verticalização.

Na área central, já verifica-se uma certa verticalização, embora de forma muito tímida. Pela análise das redes de infra-estrutura existentes na cidade, verifica-se que um adensamento médio por verticalização poderia ser benéfico para a cidade, que possui grandes extensões de vias desprovidas, principalmente, de sistemas de esgoto e de pavimentação. O adensamento não acarretará grandes problemas para o fluxo de veículos já que as inúmeras avenidas da cidade possuem largura mínima de 20m.

Já as outras áreas urbanas em que foi dividida a cidade, para efeitos de estudos, ainda apresentam grandes vazios, apesar do adensamento verificado no período 70/80. Os bairros Araçá, Aviso e Shell, principalmente os dois primeiros, dobraram de população no período 70/80, mas ainda dispõem de lotes vagos que possibilitam, ainda que somente com ocupação horizontal, dobrar de população. Os bairros Rodrigues Maciel, Interlagos I e II, Conceição, Colina e São José, que no conjunto cobrem mais da metade da atual zona urbana ocupada, apresentam densidades de ocupação de quadras muito baixas. Estes últimos bairros apareceram, quase todos na década de 70 e estão carentes de infra-estrutura urbana básica, principalmente esgoto, drenagem e pavimentação, sendo que investimentos nestes bairros poderão ter retorno a curto prazo, devido ao grande potencial de adensamento.

De um modo geral, a cidade apresenta densidades de ocupação horizontal muito baixas, devendo por isso ser evitada a expansão da atual malha urbana, maximizando assim os investimentos em infra-estrutura.

No que refere a ocupação do solo pelos usos de comércio e serviços, verifica-se que o mesmo apresenta dois pontos de concentração: a área central e a BR 101 (av. Rondon).

No centro da cidade, nos quarteirões delimitados pelas av. João Felipe Calmon, Marechal Rondon e ruas Rufino Carvalho e João Francisco Calmon, concentram a quase totalidade das atividades de comércio e serviços. Aí localizam-se as grandes lojas, os hotéis, os bancos, as papelarias, os terminais de ônibus e a maioria dos bares, dos restaurantes, dos escritórios e as repartições públicas da cidade. Segundo o Plano de Desenvolvimento de Linhares*, a área central absorve 43% da população economicamen

*HABTECNICA ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA. *Plano de Desenvolvimento de Linhares*, vol. 1, 1980.

te ativa residente nos outros setores da cidade. Nestes quarteirões, aparecem os primeiros grandes edifícios de uso misto, com os primeiros andares destinados ao comércio e serviços e os superiores ao uso residencial. Estes quarteirões são os melhores servidos por rede de infra-estrutura, estando aí concentradas a quase totalidade das vias pavimentadas e dos coletores de águas pluviais da cidade, além de serem dotados de água, esgoto, energia, telefone e iluminação pública.

Já a faixa ao longo da Av. Marechal Rondon (BR 101) constitui um eixo de comércio e serviços, estando aí localizados notadamente serviços pesados e comércios especializados, tais como revendedores de automóveis e máquinas e implementos agrícolas. Esta faixa absorve 15% da população urbana economicamente ativa, residente em outros setores da cidade. Neste setor da cidade concentra-se pouca população, devido provavelmente aos incômodos que a rodovia gera para o uso residencial. Portanto, o setor é essencialmente constituído por atividades de comércio e serviços, além de inúmeras indústrias.

Afora estas duas concentrações mais significativas de atividades terciárias (comércio e serviços), existe outras pequenas concentrações, com tendências a se adensarem: ao longo da rua Monsenhor Pedrinha, no trecho entre a BR 101 e a ponte de Interlagos; na área central da península de Interlagos; e ao longo da Avenida Filogonio Peixoto (Avenida do Aviso). Além disso verificam-se unidades dispersas nos bairros Rodrigues Maciel e Araçá. Já os bairros Juparanã, conjunto INOCOOP-ES, conjunto BNH, Novo Horizonte e Interlagos, este, exceto na área central, quase não dispõem de comércio local.

As primeiras funções terciárias da cidade são: armazenamento de cacau, serviços de oficinas de reparo e atividades afins, atividades complementares da pecuária e comercialização de derivados da madeira.

Quanto a ocupação do solo por atividades industriais, constata-se 4 macro aglomerações: uma ao longo da BR 101; outra no bairro Shell; uma terceira nos bairros Araçá/Aviso e uma quarta no trecho Betânia / Canivete (Ver planta nº 11).

As três primeiras macro aglomerações, até os anos 60, encontravam-se praticamente no entorno da área ocupada, sendo que a expansão da cidade verificada no final daquela década e da seguinte, envolveu as indústrias então existentes. Mais recentemente as indústrias tendem-se a localizar ao longo da BR 101 Norte, principalmente no trecho delimitado pelos bairros isolados de Betânia e Canivete, este último a cerca de 8Km da periferia do aglomerado central.

Em sua grande maioria, cerca de 80%, as indústrias são do gênero madeira, indo desde as serrarias à produção de móveis ou de carrocerias, por exemplo.

Foi devido aos resíduos industriais conhecido por *pó de serra*, que tornou-se possível criar solo para invasão e instalação de favelas na cidade. As indústrias madeireiras jogavam os seus resíduos em grande quantidade, nos bairros e remansos existentes no entorno da lagoa do Aviso. A população de baixa renda sobrepunha uma pequena camada de terra sobre a serragem (*pó de serra*), instalando em cima o seu *barraco*. Daí as favelas do Pó existentes na cidade, que são frequentemente inundada pelo transbordamento da lagoa, em épocas de chuvas. Estes assentamentos tem a sua situação agravada com os eventuais incêndios, alguns deles devido à combustão espontânea do *pó de serra* em decomposição.

Ressalte-se porém, que em termos relativos a atividade madeireira vem involuindo, pois o número de serrarias vem diminuindo, devido a tendência à escassez de madeiras na região e mesmo no Sul da Bahia, que era grande fornecedor até há bem pouco tempo.

A localização industrial é praticamente livre, embora exista proibição em lei para a instalação de indústrias nos bairros residenciais centrais e nos bairros comerciais.

Em 1970 a Prefeitura delimitou uma zona para fins exclusivamente industriais através da Lei nº 537, modificada pela Lei nº 570. A delimitação mesmo em planta, desta zona é bastante problemática pois seus limites são referidos em função da quilometragem da BR 101, que sofreu algumas mudanças no decorrer da década finda. No Plano de Desenvolvimento de Linhares elaborado pela Habitécnica Engenharia e Comércio Ltda, esta zona foi localizada bem ao Norte de Canivete, embora a lei diga especificamente que a área está localizada entre Canivete e a aglomeração urbana central, ao Sul. No Plano foi adotado a quilometragem atual, cuja numeração inicia na divisa do Espírito Santo com a Bahia, embora na época de promulgação da Lei a quilometragem da rodovia tinha por Km 0 a cidade de Vitória. Na realização do presente trabalho procurou-se junto ao DNER - Residência de Linhares, um referencial para quilometragem existente em 1970, tendo sido fornecido para a cabeceira Norte da ponte sobre o rio Doce o Km 125. Com esta quilometragem a localização da Zona Industrial de Linhares ficaria entre Betânia e Canivete, inclusive. Oficiosamente a Zona, inclusive na elaboração do censo 1980, é delimitada entre a ponta norte da lagoa do Aviso e o bairro Betânia. Apesar da Lei proibir o uso residencial na ZI, foram ali implantados há menos de 3 anos dois grandes loteamentos: O Mobraisa e o Planalto.

QUADRO 20

NÚMERO DE DOMICÍLIO E DE POPULAÇÃO POR ZONAS - 1970/1980 -
CIDADE DE LINHARES

ZONA ¹	BAIRRO DE REFERÊNCIA	DOMICÍLIOS		POPULAÇÃO	
		1970	1980	1970	ESTIMAT. 1980
1	Centro	1.108	1.758	6.635	7.423
2	Bairro Araçã	609	1.156	3.393	6.030
3	Bairro do Aviso	568	1.037	3.154	5.654
4	Bairro Shell	1.127	1.452	6.381	7.572
5	Bairro Colina	329	474	1.945	2.357
6	Bairro Conceição	-	1.411	-	7.017
7	Conj. BNH/Bairro Novo Ho- rizonte	615	1.010	3.612	5.190
8	Bairro Interlagos I	-	1.419	-	7.237
9	Bairro Rodrigues Maciel	-	753	-	3.866
10	Bairro INOCOOP-ES	-	700	-	3.570
11	Bairro Interlagos II	573 ² (rural)	485	3.204 ² (rural)	2.474
12	Acesso aos bairros São José e Jardim Laguna	-	185	-	399
13	Bairro São José	-	355	-	1.811
14	Bairro Betânia	-	172	-	656
15	Canivete	-	432	-	2.203
16	Bairro Planalto/B.Mobrasa ³	-	-	-	-
17	Bairro Jardim Laguna/P.R. Floresta do Lago ³	-	-	-	-
TOTAL		(4.356) ⁴ 4.929	- 12.799	(25.120) ⁴ 28.324	- 63.459

¹Zona - agregação de setores censitários do IBGE.

²O número de domicílios e de população referem a um setor censitário rural de 1970, bem mais amplo, que inclui outras áreas, além das que compõem as zonas numeradas de 8 a 17.

³Zonas da cidade constituídas por loteamentos não ocupados.

⁴Dados excluídos as zonas 8 a 17.

Fontes: Levantamentos preliminares para o Censo de 1980 - IBGE
Setores censitários - 1970 - IBGE.

6.3.

OS ASSENTAMENTOS HABITACIONAIS

Este item, consiste na adaptação de um trecho do trabalho: *Estudo de Localização e Oportunidades Industriais* - SEIC - Vitória, 1977.

Os assentamentos habitacionais da cidade foram classificados em três categorias, assim distribuídas espacialmente:

TIPO	ABRANGÊNCIA	BAIRROS
A - ALTO	20%	Centro, Colina, parte do Shell
B - MÉDIO	50%	Araçá, Shell, Aviso, Novo Horizonte, Conceição e Rodrigues Maciel, Juparanã, INOCOOP-ES, BNH, São José e Interlagos
C - BAIXO	30%	Olaria, Pó do Aviso, Pó de Interlagos e Pó do Shell, áreas de Betânia e Canivete e fundos do novo Cemitério.

O crescimento da cidade vem ocorrendo no sentido norte e leste, uma vez que no sentido sul é obstacularizado pelo leito do rio Doce e pelas extensas fazendas.

As áreas residenciais da cidade têm-se ampliado, apresentando alguns fenômenos típicos tais como:

- a) Bairro do Aviso, originariamente uma fazenda, representa a área de concentração de população mais carente da cidade. Com a melhoria da qualidade das habitações - as construções de madeira foram substituídas por construções de alvenaria - o bairro passou a concentrar predominantemente, habitações do tipo B; muito embora permaneçam ainda algumas construções do tipo C.
- b) A grande quantidade de serrarias existentes, tornou fácil o acesso da população, ao pó de madeira para aterrar as regiões pantanosas, favorecendo o surgimento de aglomerados de subabitação, denominados favelas do pó. Tais aglomerados situam-se nas proximidades dos bairros *Aviso* e *Shell* e denominam-se Pó do Aviso, Pó do Shell e Pó de Interlagos. Além destes núcleos há também o povoado da Olaria nas proximidades da área urbana, com características sócio-econômicas e habitacionais semelhantes às favelas do pó. Tais bairros se caracterizam como áreas mais carentes da cidade; as habitações são de madeira, desalinhadas, a maioria sem água, luz e instalações sanitárias.

Os moradores, em sua maioria, são provenientes do Norte do Estado, Sul da Bahia e Leste de Minas Gerais. Nestas favelas as habitações possuem em média 2 a 3 cômodos para abrigar cerca de 6 a 7 pessoas. Sua melhoria é dificultada pela renda da população residente e pelas características do terreno: aparentemente hidromórfico, não suportando construções pesadas.

A Prefeitura tem destinado algumas áreas de sua propriedade para a população de baixa renda, com a dos fundos do novo cemitério, permitindo a construção de barracos, e, neste sentido, fornece o material necessário.

Embora não atenda à camada de população de baixa renda, que na cidade vem se tornando significativa, os programas habitacionais públicos e particulares têm construído um bom número de habitações.

A Companhia Habitacional do Espírito Santo no período de 66 a 77 construiu quatro conjuntos habitacionais, Linhares I, II, III e IV, totalizando 501 unidades denominados Conjunto BNH e no ano de 1979 foi inaugurado o conjunto Juparanã, da mesma COHAB-ES com 842 unidades. Além dos da COHAB, existe na cidade o conjunto do INOCOOP-ES, com 430 unidades para atender a uma faixa de renda de 2 a 8 SM e o São José construído por uma firma particular, Concret (cerca de 306 unidades) para a faixa de 2 a 5 SM. Atualmente, encontra-se em início de implantação o Conjunto Jardim Laguna, com 320 unidades.

Há na cidade uma predominância das habitações de padrão médio, vindo a seguir as de padrão baixo e finalmente as de padrão alto. As habitações de padrão baixo tendem a aumentar devido às incessantes imigrações de população de baixa renda, que vem ocorrendo.

No que se refere a reservas de áreas para implantação de programas habitacionais, recomenda-se estudos de viabilidade, para o BNH adquirir, visando do projetos imediatos e futuros, as seguintes áreas:

- a) a compreendida entre a BR 101, lagoa do Meio, loteamentos Jardim Laguna e Mobraça;
- b) a área imediatamente ao Norte do Conjunto Juparanã.

Atualmente a primeira área é atravessada por algumas redes de infraestrutura e por linha de transporte coletivo, e a segunda possui todas estas facilidades, já nas suas proximidades.

7. A REALIDADE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DA
PREFEITURA MUNICIPAL

7.1.

ÁREA ORGANIZACIONAL

A última reorganização administrativa da Prefeitura Municipal de Linhares foi realizada em 1978 através da Lei 776, de 15 de março de 1978. Posteriormente sua estrutura organizacional já foi alterada duas vezes sendo uma através da Lei 860, de 31 de janeiro de 1980 e outra através da Lei 861, da mesma data, que criam a Secretaria Municipal de Agricultura e a Coordenação de Serviços de Creche, respectivamente.

O contexto organizacional é formado por 09 órgãos a nível de direção e assessoramento, mais 52 unidades organizacionais a nível de gerência e de execução programática.

Os órgãos de primeiro grau divisional são:

- Procuradoria Municipal;
- Gabinete do Prefeito;
- Secretaria Municipal de Planejamento;
- Secretaria Municipal de Administração;
- Secretaria Municipal de Finanças;
- Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;
- Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
- Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social;
- Secretaria Municipal de Agricultura.

A jurisdição administrativa destes órgãos e as atribuições de suas unidades organizacionais, a nível de divisão e seção, estão contidas no texto das leis de reestruturação administrativa da Prefeitura Municipal de Li

nhares, e nas alterações anteriormente citadas, compreendendo, deste modo, as especificidades a nível de Regimento Interno.

Observa-se como principal problema, em termos de *lay-out*, a profunda restrição espacial dos prédios da Prefeitura. A rede do executivo, que até há bem pouco tempo funcionava em prédio próprio, foi transferida para um alugado, de 3 pavimentos, que apesar de ter área bem maior que utilizada até então, ainda fica muito aquém, em termos de espaço necessário. Em outros prédios ocupados pela administração municipal, a situação é bastante parecida. Na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por exemplo, que funciona em dependência externa à sede do Executivo Municipal, o Gabinete do Secretário divide o mesmo espaço com a copa. Funcionando também externamente à sede, encontram-se a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social e a Secretaria Municipal de Agricultura.

Em todas as dependências da Prefeitura o problema de espaço é agudo. Deve-se salientar que esta questão crítica só poderá ser resolvida através de uma bem estudada reutilização do espaço atualmente disponível.

A estrutura organizacional da Prefeitura, aprovada por Lei, não está totalmente implantada, existindo alguns órgãos não ativados ou apresentando desvinculação da estrutura formal. Especificando-se a análise, observa-se, por exemplo, que a Seção Rodoviária Municipal, órgão pertinente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, apresenta-se vinculado à Secretaria Municipal de Agricultura. A Seção de Vigilância, subordinada legalmente à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, está vinculada, de fato, à Secretaria Municipal de Administração.

Um outro exemplo da desvinculação da estrutura formal à situação real da Prefeitura é a subordinação da Divisão de Patrimônio e Transporte, oficialmente vinculada à Secretaria Municipal de Administração, à Secretaria Municipal de Agricultura.

De um modo geral, as atividades a desenvolver são distribuídas casuisticamente aos diversos órgãos componentes da estrutura organizacional da Prefeitura, sem considerar sua jurisdição administrativa. Isto ocasiona ingerências de determinados órgãos em áreas de outras que, legalmente, possuem as atribuições.

Devido a falta de integração da equipe gerencial, observa-se uma centralização excessiva de decisões ao chefe do Executivo Municipal.

A atividade de planejamento sócio-econômico não é considerada sistematicamente, carecendo a Prefeitura, nesta área, de uma maior capacitação e integração da equipe. Assim não se pode chegar a obter a devida utilização dos recursos disponíveis, maximizando-os em função do bem estar da comunidade local.

7.2.

ÁREA DE RECURSOS HUMANOS

A Prefeitura Municipal de Linhares conta com um efetivo de 834 servidores que atuam nas áreas meio e fim, distribuídos entre elas em 18% e 82%, respectivamente.

Considerando as diversas unidades organizacionais, aos níveis de direção, assessoramento, gerência e de execução programática, a alocação dos servidores é a seguinte:

ÓRGÃO	QUANTIDADE	%
Procuradoria Municipal	02	0,2
Gabinete do Prefeito	05	0,6
Secretaria Municipal de Planejamento	03	0,4
Secretaria Municipal de Administração	41	5,0
Secretaria Municipal de Finanças	99	11,8
Secretaria Municipal de Obras e Serv. Urbanos	395	47,4
Secretaria Municipal de Educação e Cultura	213	25,5
Secretaria Municipal de Saúde e Assist. Social	65	7,8
Secretaria Municipal de Agricultura	11	1,3
TOTAL:	834	100,0

Do que se depreende dos dados acima colocados, as Secretarias que mais utilizam os recursos humanos da Prefeitura Municipal de Linhares são, respectivamente, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, e com uma participação menor, a Secretaria Municipal de Finanças.

Deve-se salientar que a absorção, pela Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, da maior parte do efetivo municipal se deve à natureza das atividades desenvolvidas, que compreende a abertura ou reabertura de estradas, a pavimentação, drenagem e conservação de vias públicas, além da atividade de limpeza pública.

Com relação à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a segunda em termos de absorção do efetivo municipal, observa-se, também, a peculiaridade do tipo de atividade desenvolvida, abrangendo o ensino pré-primário e do primeiro grau, através de escolas situadas na sede, vilas e nas áreas rurais dos distritos.

Considerando-se a sistemática adotada na área de recursos humanos, constatou-se a falta de uma definição de política de pessoal, para o efetivo municipal. Assim, a Prefeitura Municipal de Linhares carece de estabelecimento de critérios para as atividades de recrutamento e seleção de pessoal, avaliação de desempenho e reenquadramento, na forma de um regulamento de pessoal.

O Plano de Classificação de Cargos e Salários é recente, carecendo de uma sistematização maior, dado que não considera as atribuições pertinentes a cada função da área de recursos humanos.

No que se refere à atividade de treinamento, não se verifica nenhuma sistemática, em termos de um planejamento específico de levantamento da necessidade de tal atividade. Verificou-se a carência de pessoal qualificado em todos os níveis da estrutura organizacional da Prefeitura, sendo que, no nível de execução programática, o problema é mais agudo, envolvendo o pessoal auxiliar ou de nível médio.

No que respeita ao nível de escolaridade, verifica-se que a maior parte do efetivo municipal situa-se na faixa de 1º grau, 60,83%, sendo que, desse percentual, boa parte se refere ao pessoal alocado na Secretaria Muni

cipal de Obras e Serviços Urbanos. Observa-se, na faixa de nível médio, o percentual de 21,63%. Na faixa de nível superior, a cifra é consideravelmente pequena, compreendendo 2,04% do efetivo municipal.

QUADRO 21

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

PESSOAL SEGUNDO NÍVEIS DE INSTRUÇÃO E REMUNERAÇÃO

UNIDADE DA ADMINISTRAÇÃO	NÍVEL SUPERIOR			NÍVEL MÉDIO			CURSARAM ATÉ 2º GRAU			CURSARAM ATÉ 1º GRAU			NÃO ALFABETIZADOS			TOTAL DE PESSOAS
	Nº	MAIOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	MENOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	Nº	MAIOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	MENOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	Nº	MAIOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	MENOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	Nº	MAIOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	MENOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	Nº	MAIOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	MENOR SALÁRIO Cr\$ 1.000	
Procuradoria Municipal	02	30,60	21,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	02
Gabinete do Prefeito	01	30,60	-	04	21,12	12,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05
Secretaria Munic. da Admin.	02	30,60	21,12	03	21,12	17,28	26	10,00	4,70	10	4,70	-	-	-	-	41
Sec. Mun. Saúde e Ass. Social	02	30,60	12,24	01	21,12	-	11	14,00	4,70	51	4,15	-	-	-	-	65
Secretaria Munic. de Planej.	03	30,60	21,12	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	03
Sec. Mun. de Educ. e Cultura	04	30,60	17,28	143	12,00	4,70	-	-	-	66	4,15	-	-	-	-	213
Sec. Mun. de Obras e Serv. Urb.	01	30,60	-	15	21,12	6,64	-	-	-	379	16,50	4,15	-	-	-	395
Sec. Mun. de Finanças	03	30,60	21,12	11	21,12	6,00	85	10,00	4,70	-	-	-	-	-	-	99
Sec. Mun. de Agricult.	01	30,60	-	03	17,28	-	07	8,00	-	-	-	-	-	-	-	11
TOTAL	19	-	-	180	-	-	129	-	-	506	-	-	-	-	-	834

Fonte: Prefeitura Municipal de Linhares.

7.3.

ÁREA FINANCEIRA

É oportuno salientar, de antemão, que esta análise não considera a variável inflacionária e nem as destinações específicas de recursos transferidos com vinculação programática, fatos que, por certo, agravam a dependência financeira do Município.

7.3.1. ESTRUTURA DA RECEITA

O Município de Linhares, assim com os demais municípios brasileiros, possui uma forte dependência quanto às transferências de receitas estaduais e federais. Apesar disso, é de se supor, que, também como na maioria dos municípios brasileiros, o potencial tributário do Município não é explorado como deveria.

Para melhor entendimento da composição da Receita, caracterizada no quadro 22, foram elaborados os quadros 23 e 24.

Com a observação dos dados apresentados, pode-se concluir que a Receita foi subestimada (no seu total) em todos os exercícios analisados.

A Receita mais importante, para o município, é o ICM que além de apresentar os maiores percentuais relativos, apresenta também pouca variabilidade nos três exercícios analisados (entre 45% e 50%). Apesar disso, há sempre forte dependência, também, quanto às transferências federais (principalmente o FPM) devido, à sua maior regularidade, isso tem feito com que o percentual relativo do FPM, em relação à Receita total, tenha sido crescente.

A situação financeira da Prefeitura é ainda mais agravada pelo fato de o ICM não ter uma variação muito regular. É sabido que o FPM, também, sofre constantes atrasos na liberação de suas quotas e, além disso, conforme já foi dito, anteriormente, as Receitas Próprias tendem a uma não realização do total previsto.

7.3.2. ESTRUTURA DA DESPESA

A caracterização da estrutura econômica da Despesa é feita pelos quadros 25 e 26. Dentro dos exercícios analisados, até 1977, nota-se uma preponderância quase que absoluta das despesas correntes sobre as de capital; nos exercícios seguintes, a distribuição entre as duas categorias tende a ser mais equilibrada e, de acordo com a previsão para 1980, as despesas de capital ultrapassarão as despesas correntes.

Em visto do que foi mostrado, a estimativa para 1980, evidencia, de forma particular, uma modificação estrutural, uma vez que o sistema apresenta-se voltado menos para a manutenção de atividades e mais para o setor Investimentos; embora, tratem-se de investimentos públicos (em ruas, avenidas, estradas, etc), sem grandes efeitos multiplicadores do ponto de vista econômico, mas com certo alcance social.

No que se refere à análise funcional, apesar da falta de maiores dados, o quadro fornece uma idéia de que a ação local tem colocado como preponderantes, basicamente quatro funções, a saber: Administração e Planejamento, Educação e Cultura, Habitação e Urbanismo e Transporte.

QUADRO 22

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

RECEITA ARRECADADA NOS ANOS DE 1976 A 1979 E PREVISTA PARA 1980

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS REALIZADAS EM				PREVISTA PARA 1980
	1976	1977	1978	1979	
Receitas Correntes	20.195.403,20	31.330.898,65	47.937.051,03	87.785.409,01	123.424.890
Receitas Tributárias	1.703.923,18	3.233.783,03	5.019.123,27	8.444.843,62	17.560.000
Receita Patrimonial	1.631.139,29	2.353.872,21	1.907.788,05	4.227.336,35	3.600.000
Receita Industrial	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	15.985.377,11	24.859.127,22	40.074.688,62	72.541.588,35	97.884.840
Receitas Diversas	874.963,62	884.207,19	935.451,19	2.571.640,69	4.380.000
Receitas de Capital	2.614.171,74	4.143.470,05	23.703.250,53	28.270.917,12	48.575,110
Operações de Crédito	-	-	18.172.587,00	5.860.582,00	29.000,000
Alienação de Bens Móveis e Imóveis	-	-	123.024,00	-	1.700.000
Transferências de Capital	2.614.171,74	4.143.470,05	5.407.639,23	22.410.335,12	17.875,110
Outras Transferências de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL	22.809.574,94	35.474.459,70	71.640.301,56	116.056.326,13	172.000.000

Fonte: Prefeitura Municipal

QUADRO 23

RESUMO GERAL DA RECEITA DO MUNICÍPIO DE LINHARES

em Cr\$ 1.000,00

RECEITAS	EXERCÍCIO	BALANÇO EXERCÍCIO DE 1978	%	BALANÇO EXERCÍCIO DE 1979	%	PROPOSTA ORÇAMEN- TÁRIA DE 1980	%
RECEITAS PRÓPRIAS	ICM	31.960	45	58.405	50	81.007	47
	IPTU	1.433	2	1.935	2	6.610	4
	ISS	1.962	3	4.085	4	6.500	4
	Outras	4.526	6	9.913	8	12.832	7
TRANSF. FEDERAIS	FPM	9.557	13	16.237	14	25.294	15
	Outras	3.907	5	4.453	4	8.557	5
OUTRAS RECEITAS		18.295	26	21.028	18	31.200	18
TOTAL		71.640	100	116.056	100	172.000	100

Fonte: Programas de Aplicação do FPM.

QUADRO 24

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

COMPOSIÇÃO DA RECEITA

COMPARATIVO RECEITA ESTIMADA E ARRECADADA - LINHARES

ANOS	RECEITAS PRÓPRIAS		RECEITAS TRANSFERIDAS		OPERAÇÕES DE CRÉDITO		TOTAL	
	ESTIMADA	REALIZADA	ESTIMADA	REALIZADA	ESTIMADA	REALIZADA	ESTIMADA	REALIZADA
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR
1976	1.908.400	4.210.026	15.544.800	18.599.548	-	-	17.453.200	22.809.574
1977	3.140.500	6.471.862	22.144.050	29.002.597	730.000	-	26.014.550	35.474.459
1978	10.744.523	7.985.386	34.655.477	45.482.327	3.000.000	18.172.587	48.400.000	71.640.301
1979	12.487.138	15.243.820	69.512.862	94.951.923	2.000.000	5.860.582	84.000.000	116.056.326
1980	27.240.000	-	115.760.000	-	29.000.000	-	172.000.000	-

Fonte: Prefeitura Municipal de Linhares - Orçamentos e Balanços Anuais - 1976.

QUADRO 25

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

RECEITA ARRECADADA NOS ANOS DE 1976 A 1979 E PREVISTA PARA 1980

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS REALIZADAS EM				PREVISTA PARA 1980
	1976	1977	1978	1979	
Despesas Correntes	17.185.891	27.918.149	41.502.405	63.248.208	78.289.100
Despesas de Custeio	14.845.149	25.906.650	35.190.524	54.698.077	70.803.000
Transferências Correntes	2.340.741	2.011.499	6.311.881	8.550.131	7.486.100
Despesas de Capital	4.188.325	5.903.449	28.394.490	31.035.880	93.710.900
Investimentos	3.754.745	5.383.667	26.516.976	27.960.134	90.560.900
Inversões Financeiras	-	-	-	-	100.000
Transferências de Capitais	433.579	519.782	1.877.513	3.075.746	3.050.000
TOTAL GERAL	21.374.216	33.821.599	69.896.895	94.284.089	172.000.000

Fonte: Prefeitura Municipal.

QUADRO 26

ESTRUTURA DA DESPESA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

CATEGORIA ECONÔMICA	ANOS	REALIZADA				PREVISTA
		1976 %	1977 %	1978 %	1979 %	1980 %
Despesas correntes		80,4	82,5	59,4	67,1	45,5
Despesas de Capital		19,6	17,5	40,6	32,9	54,5
TOTAL		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Linhares

QUADRO 27

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINHARES

RECEITA ARRECADADA NOS ANOS DE 1976 A 1979 E PREVISTA PARA 1980

DISCRIMINAÇÃO	DESPESAS REALIZADAS EM				PREVISTA PARA 1980
	1976	1977	1978	1979	
Legislativa	591.807,29	992.708,48	1.332.198,34	3.775.168,04	8.000.000,00
Judiciária	-	-	-	210.666,00	771.000,00
Administração e Planejamento	4.683.132,75	7.949.309,02	12.411.946,35	22.196.788,27	45.868.600,00
Agricultura	194.440,24	215.034,97	191.885,73	125.000,00	-
Comunicações	-	-	-	-	-
Defesa Nacional e Seg.Nacional	-	-	-	-	-
Educação e Cultura	2.188.553,61	4.767.997,03	8.650.035,43	12.313.446,45	21.778.000,00
Energia e Recursos Minerais	-	-	-	-	-
Habitação e Urbanismo	5.324.204,60	7.509.816,17	22.700.431,57	23.856.362,49	66.670.400,00
Indústria, Comércio e Serviços	11.236,00	605.663,10	598.092,74	-	4.299.000,00
Saúde e Saneamento	702.840,65	1.539.571,21	1.879.287,72	2.383.661,61	6.308.000,00
Assistência e Previdência	2.086.449,67	1.704.759,29	4.366.515,97	1.811.725,35	1.655.000,00
Transporte	5.591.551,86	8.536.739,87	17.766.501,89	27.611.271,57	16.650.000,00
TOTAL GERAL	21.374.216,67	33.821.599,14	69.896.895,74	94.284.089,78	172.000.000,00

Fonte: Prefeitura Municipal.

8. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO FÍSICO-TERRITORIAL URBANO

8.1.

ASPECTOS ECONÔMICOS ESPACIAIS DA ESTRATÉGIA

As atividades, sobre as quais está estruturada a economia da cidade, são basicamente aquelas ligadas ao setor terciário (82% da PEA), e deste o subsetor, serviços é preponderante. Estas atividades, até agora concentradas na área central e ao longo da BR 101, não apresentam, fortes tendências de deslocamentos para outras áreas. O comércio e os serviços leves ainda encontram amplos espaços para se expandirem na área central, e o comércio e serviços pesados deslocaram ou estão se deslocando para o eixo da BR 101. Se concretizada a implantação do terminal de ônibus interurbano, nas proximidades do atual prédio da Prefeitura, o centro de comércio e serviço, poderá sofrer um pequeno deslocamento para as proximidades da BR 101, sem no entanto deixar a área central da cidade.

Já o setor industrial (secundário), apresenta-se relativamente estacionário, em termos de unidades existentes, e as poucas novas indústrias que tem surgido tem se localizado ao longo da BR 101 Norte, entre a aglomeração central e Canivete. Esta localização é em função basicamente de 4 fatores:

- a) Disponibilidade de espaços;
- b) Preço da terra mais baixo, em termos relativos, que na aglomeração central;
- c) Facilidades na acessibilidade, em função da BR 101 e da existência de inúmeras linhas de transporte coletivo urbano e semi-urbano atravessando a área.

A ocupação dos inúmeros vazios, ainda existentes nos loteamentos, adensando assim a cidade poderá trazer grandes economias em investimentos em infra-estrutura, e manterá a população perto dos locais de trabalho e de compras.

8.2.

ASPECTOS FÍSICO-ECOLÓGICOS DA ESTRATÉGIA

Ao sul da margem direita do rio Doce, os solos são aluvionares, e o terreno possui cotas inferiores à margem esquerda, estando sujeito a constantes inundações.

A leste da atual ocupação urbana, existe a extensa baixada do canal do *rio Pequeno*, que apresenta a mesma característica da área anterior, isto é, cotas quase ao nível do rio, o que acarreta frequentes inundações, que agravam ano a ano, devido ao assoreamento do leito do rio.

Em ambas, o solo é ocupado por lavouras de cacau ou por pastagens, existindo ainda, grandes áreas com cobertura florestal, muitas delas intermeadas por cacau.

Já na área a leste da cidade, entre o rio Doce e as lagoas do Aviso do Meio, das Piabas e do Arural, aparecem trechos, principalmente aqueles contíguos ao bairro do Aviso, favoráveis à ocupação urbana, principalmente por não ser inundável. Atualmente, este trecho, com solo relativamente fértil e irrigado, é ocupado por extensas propriedades, onde as pastagens são dominantes. Nesta área, não verificou-se nenhum loteamento, a não ser aquele que deu origem ao bairro do Aviso. Na área restante, o solo é, aparentemente, exceto em pequenos trechos quaternários, de origem aluvial, possuindo pouca declividade, o que dificulta o escoamento de águas pluviais, não sendo portanto, quanto a este aspecto, própria para a expansão urbana.

Ainda a leste, agora no trecho mais ao norte, as áreas são constituídas por tabuleiros, mas recortados, excessivamente, por braços de extensas

lagoas, tornando a ocupação urbana mais difícil, pois exigiria serem cons
truídas inúmeras pontes de acesso para evitar os longos contornos.

As áreas ao longo da BR-101 norte, nos dois lados da rodovia, apresentam os melhores condicionamentos para a expansão urbana pois, a sua formação geológica é da série barreiras (tabuleiros), que possui boas caracterís
ticas para assentamento de edificações; os tabuleiros, não apresentam-se muito dissecados, isto é, não são muito intercortados por vales, que po
deriam interromper a sua continuidade; os tabuleiros são bem drenados, sendo que suas águas fluem para leste.

O único trecho ao longo da BR-101-norte, com restrições para ocupa
ção, é uma faixa no entorno da lagoa Juparanã, com largura de no máxi
mo 800m, a qual drena suas águas para a referida lagoa. Esta restrição prende-se à preocupação de evitar que a lagoa seja poluída e que, a j
á escassa, vegetação do seu entorno seja destruída.

8.3.

ASPECTOS LEGAIS

A maioria das leis e decretos que compõem a legislação urbanística do Município datam de cerca de 10 anos atrás, exceto a nova delimitação do perímetro urbano da cidade, que data de 1980, sendo portanto de formulação relativamente recente.

Esta legislação é constituída, basicamente, pelo Código de Obras, Código de Posturas, Lei da Zona Industrial e Leis de Perímetros Urbanos, além de decretos e outras leis que regulamentam pontos específicos da problemática urbana.

O Código de Obras foi sancionado pela Lei nº 537 de 08 de setembro de 1970 e inclui normas sobre o zoneamento da cidade (artigos 21 ao 33) e parcelamento do solo, a nível do município (artigos 34 ao 40), além das que regulam as específicas sobre as edificações e do ato de edificar.

O zoneamento da cidade, conforme consta do Código, não revela-se um instrumento adequado para o ordenamento da ocupação e do uso do solo. Este só é detalhado para a Zona Urbana (área central da cidade), não havendo dispositivo suficientemente claros que regulamentem a ocupação de outras zonas da cidade. Por este zoneamento, a área urbana está dividida em zonas, que são definidos linearmente por ruas e avenidas, não existindo de fato zonas (espaços) de uso. Estas zonas são, na lei, denominadas bairros e assim são tituladas: Bairro Comercial Principal, Bairro Comercial Secundário, Bairro Residencial Principal, Bairro Residencial Secundário, Bairro Residencial Especial. A *Zona de Expansão Urbana*, compreendendo os demais bairros e áreas incluídas no Perímetro Urbano é denomina

da, na lei, de Zona Suburbana, e para ela não existe restrições legais específicas e nem preocupação em proteger os entornos das lagoas e dos remanescentes de florestas naturais que aí aparecem. Estes entornos das lagoas e remanescentes de florestas, são áreas potencialmente turísticas e de lazer.

Existe uma Zona Industrial, criada pela Lei nº 530 de 06 de julho de 1970, com delimitação modificada pela Lei nº 537/70 (Código de Obras), na qual é proibido qualquer uso não industrial.

A dificuldade se identificar em mapa os limites desta Zona, já foi comentada no item 6.2. (A Ocupação e o Uso do Solo Atual). A área que, segundo o idealizador da Lei era para ser delimitada como Zona Industrial, localiza-se entre o extremo norte da lagoa do Aviso e o bairro Betânia, e nela atualmente, existem dois grandes loteamentos: o Planalto e o Mobra_{sa}, além do bairro São José.

Já o Código de Posturas (Lei nº 488 de 27 de novembro de 1968) dispõe, no que diz respeito à ocupação e uso do solo, vagamente sobre a localização de unidades industriais no perímetro urbano da cidade.

Se for observado alguns dispositivos do Código de Obras que exige para a Zona Suburbana (Expansão Urbana), uma ocupação máxima de 60% da área do lote, pouquíssimas unidades industriais implantadas após 1970, estariam dentro das normas urbanísticas do Município.

No que se refere a problemas ambientais, o Código de Posturas, proíbe a implantação de qualquer indústria que seja nociva à saúde pública dentro do perímetro urbano, mas não especifica os diversos tipos de indústria que possam ser incluídas nesta categoria.

Já os dispositivos do Código de Obras, referentes ao parcelamento do solo são restritos ao tamanho de lotes, não contendo outras exigências sobre

o processo de parcelamento, nem quanto à reserva de áreas públicas destinadas ao lazer e a equipamentos urbanos. O loteador, no caso da Lei Municipal em vigor, não é obrigado a fazer qualquer investimento, ficando por conta da municipalidade todo gasto relativo à infra-estrutura urbana básica.

O atual Perímetro Urbano foi instituído pela Lei nº 865 de 08 de maio de 1980 e sua delimitação gráfica, conforme o entendido pela equipe que elaborou este Perfil, está contido na Planta 3, integrante deste volume. A descrição dos aspectos geográficos e de ocupação, da área contida no perímetro urbano, está contida nos itens 4 (Estrutura Físico-ecológica do Sítio da Cidade) e 6.2. (A Ocupação e Uso do Solo Atual), respectivamente. A área delimitada pela Lei nº 865, erradamente chamada de Zona Urbana, pois inclui também *Zonas de Expansão Urbana*, é muito extensa e muito além das necessidades de espaço para a expansão da cidade nos próximos 20 ou 30 anos. Este perímetro, tão extenso, poderá levar a uma mudança muito significativa na atual configuração do espaço urbano da cidade. Até aqui a cidade é caracterizada por constituir, quase que uma marcha contínua, com pouquíssimos loteamentos isolados. Com o novo perímetro urbano, poderá surgir loteamentos a mais de 16Km do centro da cidade.

O atual perímetro urbano, foi proposto no Plano de Desenvolvimento de Linhares/1979, conforme consta de planta anexa ao volume 5 daquele trabalho. Nesta mesma planta está plotada a área que, supostamente, seria a denominada Zona Industrial, pela Lei nº 530/70, mas a Lei nº 537/70 redefiniu os limites da Zona Industrial. Além desse erro o PDL, delimita a ZI pela quilometragem atual (Km 0 na divisa ES/BA) da BR 101, sendo que o correto seria a quilometragem oficial que vigorava em 1970 (Km 0 em Vitória). Vê-se assim que o PDL cometeu duplo erro, ao delimitar em planta a ZI. E foi em função da localização da ZI, que o perímetro urbano da cidade passou a ter mais de 16Km de extensão na direção norte-sul.

Independente destes erros e da magnitude da área incluída no perímetro urbano, outro erro cometeu-se ao delimitá-lo, pois, talvez por insuficiência de cartografia disponível, deixou-se fora do perímetro a ponta da *península de Interlagos*, e parte dos bairros Colina, Centro e Juparanã.

Torna-se portanto necessário, reestudar a Zonas Urbanas e de Expansão Urbana, fazendo depois aprovar um novo traçado para o Perímetro Urbano da cidade, principalmente em decorrência da nova Lei Federal de Parcelamento do Solo. (Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979).

Quanto ao parcelamento do solo e às edificações o PDL contém, no seu volume 4, minutas de ante-projetos de Lei de Parcelamento do Solo e de Código de Edificações para o Município, sendo que a minuta da Lei de Parcelamento do Solo, já está defasada em função da nova Lei Federal.

Embora conste da proposta de elaboração do PDL, não encontrou-se, nos 5 volumes que o compõem, o mapeamento da cidade com o Zoneamento proposto, nem a Lei de Desenvolvimento que deveria conter a legislação sobre o zoneamento e o uso do solo da cidade.

Portanto, a ocupação e o uso do solo da cidade e mesmo das vilas e outras áreas urbanas legais, foi e vem sendo feito sem obedecer à legislação urbanística existente, que por outro lado revela-se inadequada. Os novos instrumentos jurídicos propostos pelo PDL, além de serem incompletos, deverão ser reestudados, antes de encaminhamento para o Poder Legislativo, para serem feitas necessárias adaptações. Portanto, doar o Município de novos instrumentos para o desenvolvimento físico-territorial urbano é uma tarefa necessária e fundamental.

8.4.

USO DESEJÁVEL DO SOLO

Pela análise dos diversos pontos abordados neste trabalho, verifica-se que Linhares apresenta um crescimento acelerado e uma certa complexidade urbana que já gera um número significativo de problemas urbanos, seja na área de habitação, transportes, educação ou saúde.

A atual malha urbana, com suas largas avenidas e com inúmeras quadras vazias ou parcialmente ocupadas, satisfaz as condições necessárias para uma política que leve ao adensamento. Para tanto, a municipalidade poderá concentrar investimentos visando uma melhor estruturação urbana e uma utilização mais racional do espaço, procurando atingir os seguintes objetivos:

- a) Adensar horizontal e verticalmente a área da cidade situada a Oeste da lagoa do Aviso;
- b) Adensar horizontalmente a *península* de Interlagos.

O primeiro objetivo: adensar horizontal e verticalmente a área a Oeste da lagoa do Aviso, tem por meta maximizar as redes de infra-estrutura urbana básica existentes. Esta área, principalmente na porção a Oeste da BR 101, que ainda apresenta inúmeros vazios, é a melhor dotada de rede de infra-estrutura - energia, iluminação, drenagem, pavimentação e esgotos sanitários.

De um modo geral, a área a Oeste da lagoa do Aviso, apresenta vários aspectos favoráveis ao adensamento, tanto vertical como horizontal, principalmente no que se refere à capacidade de suas vias e à solução para o

destino final de esgotos. As ruas e avenidas desta área são suficientemente largas e com traçado regular, para absorver o substancial aumento de tráfego que possa ser originado por um adensamento futuro.

Já no que se refere aos esgotos, a proximidade do Rio Doce, bom receptor para efluentes *in natura*, devido ao seu caudal e a abrangência da atual rede coletora com suas estações elevatórias, dão à área condições para receber um adensamento populacional.

O segundo objetivo: adensamento horizontal da *península* de Interlagos, tem também por meta, evitar a expansão, a curto prazo, da malha urbana.

Na *península*, cujo processo de ocupação iniciou-se por volta do ano 70, existem áreas não loteadas e inúmeras quadras com baixa densidade de ocupação, além de toda a sua ponta por ocupar, pois o seu loteamento com 2.300 lotes, é bem recente. Grande parte de Interlagos é carente de infra-estrutura, sendo que Interlagos II (ponta da *península*), não é servida, atualmente, pelo sistema de infra-estrutura urbana básica. Somente parte da *península* é servida de água (ver planta 4), e inexistente rede coletora de esgotos. Esta última apresenta-se com difícil solução para as lagoas - a do Meio e do Aviso - que não devem ser usadas como receptáculos, e as mesmas, de certa forma, impedem e inviabilizam a construção de emissário até o Rio Doce.

Portanto, deve-se evitar, na *península*, o adensamento vertical, embora o horizontal deva ser estimulado, pois a solução para os efluentes sanitários pode ser numa primeira etapa, o uso de fossas sépticas; e numa segunda etapa, pequenas estações de tratamento secundário, como as usadas no Conjunto do INOCOOP-ES, existente ao lado da Lagoa do Meio.

Na estratégia deverão ser programados, para o atendimento da demanda habitacional para população de baixa renda, entre outras as seguintes me

dias:

- a) Fazer investimentos que possibilitem a melhoria dos assentamentos habitacionais subnormais - favelas -, urbanizando as favelas ou removendo-as, no caso extremo da impossibilidade de serem urbanizadas. Atualmente estas favelas, estão relativamente próximas do centro de atividades e empregos.
- b) Implantar conjuntos habitacionais somente em áreas próximas à aglomeração central, evitando assim que devido à distância, aumente os gastos em transporte, já que grande parte dos deslocamentos da cidade ainda são feitos à pé. (ver item 6.3.).
- c) Destinar áreas, com lotes de pequenas dimensões, para a implantação de programas de auto-construção, dotadas com o mínimo de infraestrutura indispensável como água e energia.

A médio e longo prazo deverão ser realizados investimentos que viabilizem a ocupação de novos loteamentos aprovados, alguns deles isolados da malha urbana central. São eles o Planalto, o Mobraza, e o Floresta do Lago, totalizando mais de 6.000 lotes, que juntamente com o Interlagos II, localizado na *península* de Interlagos perfazem cerca de 8.500 lotes, sem contarmos os inúmeros lotes vagos existentes na cidade.

Portanto, uma política de adensamento, aliada a restrições a novos loteamentos, a curto prazo, poderia ser adotada pela municipalidade, para maximizar os investimentos públicos e diminuir os custos dos serviços públicos. Embora não se disponha do número de lotes vagos na área ocupada, pode-se afirmar que somente com a ocupação uni-residencial de todos os lotes atualmente disponíveis, na aglomeração central e loteamentos isolados poderá ser dobrada a população da cidade. Com um pequeno adensamento vertical e ocupação dos lotes vagos, poderá a atual área urbana, comportar quase que o triplo da população atual.

Para a concretização da estratégia de desenvolvimento físico-territorial urbana ora proposta, deverá ser estruturado um sistema viário básico para a cidade. Para tanto, serão necessários estudos mais aprofundados da malha viária urbana atual e da área de expansão urbana elegida.

A planta 15, integrante deste volume, contém uma primeira aproximação do que seria o sistema viário básico da atual ocupação urbana. Nela estão assinaladas as vias principais ou estruturais e as coletoras de acesso.

Convém deixar claro que este sistema viário básico, coincide em alguns pontos com o proposto pelo Plano de Desenvolvimento de Linhares. Os pontos discordantes, são em alguns casos, devido aos erros existentes na base cartográfica usada naquele Plano, e, em outros devido à preocupação de melhor atender à área urbana atualmente ocupada.